

São Tomé e Príncipe, Compromissos e Parcerias no contexto da Segurança Marítima no Golfo da Guiné

Reiner Melzer Almeida Batista

Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais

Reiner Melzer Almeida Batista, São Tomé e
Príncipe, Compromissos e Parcerias no contexto
da Segurança Marítima no Golfo da Guiné, 2016

Setembro de 2016

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários a obtenção de grau de Mestre em Relações Internacionais, realizado sob orientação científica de Professor Doutor:
Manuel Filipe Canaveira.

*Para minha filha, Rosana Batista, a quem espero deixar
o melhor de um pai*

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos vão para as pessoas que contribuíram de forma direta ou indireta para que torna-se possível esse trabalho final.

Agradeço em primeiro lugar aos meus familiares, pela compreensão e constante apoio ao longo destes dois anos;

Os agradecimentos vão de seguida ao professor Doutor Filipe Canaveira, meu orientador, pela constante disponibilidade e pela simplicidade com que clareava as minhas dúvidas ao longo da elaboração deste trabalho;

A professora Doutora Ana Santos Pinto, pela paciência e ensinamentos de rigor no primeiro semestre que me serviram fazendo toda a diferença na elaboração do trabalho final.

A todos os amigos, pela diferença que fizeram na disponibilidade e no incentivo que deram traduzido em calorosas palavras.

Os agradecimentos também são extensíveis aos companheiros de curso, André Vieira, Júlio Martins, pela partilha de informações.

A todos, bem- hajam!

RESUMO

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, COMPROMISSOS E PARCERIAS NO CONTEXTO DA SEGURANÇA MARÍTIMA NO GOLFO DA GUINÉ

DISSERTAÇÃO

REINER MELZER ALMEIDA BATISTA ^{*1}

São Tomé e Príncipe é um Estado soberano localizado no Golfo da Guiné, uma região muito rica em recursos energéticos, ao ponto de se chamar de nomes como « o novo mapa de tesouro, novo Kuwait² » ou « rota de petróleo,³ » em alusão a imensidão dos recursos ali existente.

É nesta região, com uma qualidade geograficamente excecional, onde São Tomé e Príncipe dispõe de uma Zona Económica Exclusiva que estende como território fronteiriço de comunicação com os demais países da região.

São Tomé e Príncipe é um microestado de onde sobressaem vulnerabilidades e dependência como questões recorrentes. Por essa razão, é no mar com uma fronteira de 261 km onde estão partes da estratégia para o desenvolvimento, como pesca e eventual exploração de petróleo.

Assim, questões de segurança marítima no Golfo da Guiné passaram a destacar-se prioritariamente na agenda dos países da região e dos que direta ou indiretamente se veem afetados com os crescentes ventos de ameaça de pirataria, que vinha sendo mais notório noutras paragens do mundo até se escalarem no Golfo da Guiné.

São Tomé e Príncipe certamente contribuirá para a segurança marítima na região. A sua contribuição parte logo pela estabilidade político-governativa, que tem de se firmar e espelhar confiança e a capacidade do país assumir compromissos com os demais países na região. Até onde pode o país com recursos limitados e dependente se comprometer para salvaguarda daquilo que possui?

PALAVRAS-CHAVE: São Tomé e Príncipe/Golfo da Guiné/Mar/Segurança marítima/Pirataria.

1 - Mestrando em Ciências Políticas e Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Universidade Nova de Lisboa). Especialidade em Relações Internacionais (R.I). E-mail: bbatista32@outlook.com

2 - Termo citado por jornalista, Ana Camacho, em "além – mar" Julho de 2003. Conferir em: <http://www.alem-mar.org/cgi-bin/quickregister/scripts/redirect.cgi?redirect=EEFlkZyyAuTuQQdjZG>. Acedido em 11 de Fevereiro de 2015

3 - Luís Bernardino, investigador e oficial superior militar faz o uso do termo no livro "A posição de Angola na Arquitetura de Paz e Segurança Africana"

ABSTRACT

SÃO TOMÉ AND PRÍNCIPE, COMPROMISES AND PARTNERSHIP WITHIN THE CONTEXT OF MARITIME SECURITY IN THE GULF OF GUINEA

DISSERTATION

REINER MELZER ALMEIDA BATISTA

São Tomé and Príncipe is a sovereign microstate located in the Gulf of Guinea, a region very rich in energetic resources to the point of being called « new treasure map or new Kuwait » or « new oil route » given to enormous resources in that region.

It is in that region, with an exceptional geographic position, where São Tomé and Príncipe has an Exclusive Economic Zone extensible as a boarder territory of communication with others countries in the region.

São Tomé and Príncipe, is a microstate with constant vulnerabilities and depending on the help of its partners as recurrent issue. For this reason, it is at sea with a maritime boarder of 261km where parts of the strategies to development are planned, especially through fishing and eventually future oil exploration.

Maritime security issue in the Gulf of Guinea stood out primarily within the agenda of the countries in the region and in the countries directly or indirectly affected by growing event of piracy threat that was more notable in others regions until it started to escalate in the Gulf of Guinea.

Certainly, São Tomé and Príncipe will contribute to maritime security in the region. The contribution of the country should be based in political and governmental stability that has to be kept as an example, showing confidence and capacity of the country in holding on to commitments alongside with others countries in the region. How far can a country with limited resources and dependent invest to safeguard what it possesses?

KEYWORDS: São Tomé and Príncipe/Gulf of Guinea/Sea/Maritime s

ÍNDICE

Agradecimentos.....	3
Resumo.....	4
Abstract.....	5
Lista de Abreviaturas e Acrónimos.....	6
1. Introdução.....	11
1.1. Justificação do Tema.....	11
1.2. São Tomé e Príncipe.....	12
2. Estado de Arte.....	14
3. São Tomé e Príncipe e a Dimensão do seu Espaço Territorial.....	16
3.1 Microestados no Contexto das Organizações Internacionais.....	19
3.2. São Tomé e Príncipe e os Vizinhos Próximos da Região.....	22
3.3. Pirataria, Antecedentes Históricos.....	24
4. Segurança Marítima no Golfo da Guiné.....	26
4.1 Estimativa de Petróleo em Barris nas Águas de São Tomé e Príncipe.....	30
4.1. Contributo dos Portos para a Economia.....	31
4.2. O Porto e a Falsa Noção de Segurança.....	32
5. USA/CHINA, Opostas Visões de Cooperação com Países Africanos.....	35
5.1. Definição do Golfo da Guiné.....	40
5.1.2. Potencial Estratégico e Energético do Golfo da Guiné.....	41
5.1.3. Golfo Pérsico/ Golfo da Guiné.....	41
5.1.4. Posicionamento Estratégico de S.T.P no Golfo da Guiné.....	42
5.1.5. Mar Territorial e a Zona Económica Exclusiva.....	45
5.1.6. Valor Estimado de Pesca no Golfo da Guiné.....	47
6. Golfo da Guiné sob Olhar Crítico da Agência Marítima Internacional.....	49
6.1. A Pirataria e a Dificuldade de Definição.....	50
6.1.2. Origem da Pirataria.....	52
7. Comissão do Golfo da Guiné.....	55
7.1. A Pesca e as Comunidades Riberinhas.....	58
7.2. Aumento da População/ Crescimento Económico Insuficiente.....	60
7.3. Novas Manifestações Políticas sobre o Mar.....	64
7.3.1. Pesca Semi-industrial em São Tomé e Príncipe.....	65

7.3.2. Sobrepesca e a Marginalização de Pescadores Artesanais.....	69
8. Ratificação das Convenções Internacionais.....	71
Conclusão.....	73
Bibliografia.....	74

LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

AFRICOM	United States Africa Command
AIM	Africa's Integrated Maritime Strategy
BM	Banco Mundial
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CGG	Comissão do Golfo da Guiné
CNUDM	Convenção das Nações Unidas Sobre o Direito do Mar
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
EUA	Estados Unidos de América
FASTP	Forças Armadas de São Tomé e Príncipe
FMI	Fundo Monetário Internacional
GC	Guarda Costeira
GG	Golfo da Guiné
IBM	International Maritime Bureau
INE	Instituto Nacional de Estatística
MDA	Maritime Domain Awareness
MEND	Movimento para Emancipação do Delta do Niger
MOWCA	Maritime Organization of West and Central Africa
OI	Organizações Internacionais
OMI	Organização Marítima Internacional
ONG	Organizações Não Governamentais
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
STP	São Tomé e Príncipe

UA	União Africana
UNCLOS	Convenção das Nações Unidas Sobre o Direito do Mar
UNCTAD	United Nations Conference on Trade and Development
ZEE	Zona Económica Exclusiva
ZOPACAS	Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul

1. INTRODUÇÃO

“ (...) o mar vai transformar num espaço de competição de interesses, com uma relevância jamais experimentada pela Humanidade. Todos os países serão, directa, ou indirectamente, afectados nos seus interesses nacionais e por isso, irão desenvolver estratégias e Segurança Nacional, mais ou menos pacíficas, aparentemente privilegiando a cooperação á competição, para assegurarem a sua existência e eventualmente a sua sobrevivência”

(Armando Correia, 2010)

1.1. JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

O trabalho de projeto apresentado sob o tema “ São Tomé e Príncipe, Compromissos e Parcerias no Contexto da Segurança Marítima no Golfo da Guiné” tem como base da motivação, essencialmente a questão da posição geográfica de São Tomé e Príncipe e o contributo que este pode dar a questão da segurança marítima no Golfo da Guiné.

“... A posição do território de um Estado determina, em larga escala, o seu papel internacional, e a audiência que tem no Mundo”

(Citado por Damião Ginga, pág: 262)

A opção pelo tema, embora datada do final da licenciatura em Gestão Portuária em 2014, ganhou forma, amadurecendo com tempo, e agora reflete-se neste trabalho final. Refletir sobre a política externa de São Tomé e Príncipe e os grandes desafios do país neste século, sobretudo a questão da segurança no Golfo da Guiné, conduziu o autor a escolha do tema que agora é apresentado para a obtenção de grau de mestrado.

Cultivar uma política estratégica da importância que o mar representa para os são-tomenses torna-se hoje obrigação, sendo que para isso, necessário também se torna adotar objetivos marítimos nacionais que tenham como âncora a segurança do espaço marítimo do país.

Isto não implica falar, portanto, da inexistência de propostas ou ideias, mas todavia de enfatizar a necessidade de afirmação da relevância que a “ segurança

marítima⁴” constitui atualmente na região do Golfo da Guiné, e a vontade e a determinação que tem de existir para fazer face ao novo desafio da região, que tem-se materializado em ações de pirataria, pesca ilegal e mesmo de terrorismo marítimo.

1.2. SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

São Tomé e Príncipe⁵ constitui um arquipélago com 1001 km² de superfície e é composta por duas ilhas principais, e uma dezena de ilhéus adjacentes. A ilha de São Tomé e os ilhéus em seu redor perfazem 859 km² de superfície, e a ilha de Príncipe e os ilhéus, cobre 142 km² de superfície. Perto de São Tomé no sul, situa-se o ilhéu das Rolas(o maior ilhéu do país com 3 km²) onde passa a imaginária linha do Equador, que divide a Terra em dois Hemisférios(Norte e Sul), e que para além de São Tomé e Príncipe, cruza mais 13 países.

O arquipélago é um microestado, com uma população de 187.356 mil habitantes,⁶ segundo o recenseamento realizado no ano de 2012 e é considerado um dos mais pequenos Estados do mundo e segundo mais pequeno da África, depois de Seicheles com 455 km².

As ilhas que compõem o arquipélago são de origem vulcânica, apresentando relevo muito acidentado, pluviosidade elevada e solo bastante fértil. O clima é tropical húmido, com temperaturas a variarem entre 21°C e 28°C com precipitações sobretudo na parte sul de São Tomé e Príncipe. Existem somente duas estações climáticas no arquipélago; a estação seca que ocorre entre os meses de Junho a Agosto, e é localmente conhecida por gravana, e a estação da chuva que ocorre nos restantes meses.

4 - Damião Ginga, descreveu na tese de doutoramento que “ Esta vertente, como assunto de âmbito global, diz respeito a todos os Estados em geral, embora ainda hoje não exista um entendimento comum sobre o que se entende por segurança marítima. Ele também salienta que existe uma diversidade de interpretações que são função da caracterização geopolítica dos respectivos Estados, dos seus interesses a proteger, das suas metas a alcançar e das suas capacidades, e que refletem a crescente importância deste assunto” Acrescenta citando Cajarabille(2008,b,p.55), que na verdade “ a segurança no mar, tal como em terra, mas em moldes diferenciados, atravessa e faz sobrepor em boa parte a segurança dos Estados e a segurança humana”

Vd. FERNANDES Damião - ANGOLA E A COMPLEMENTARIDADE DO MAR - 2014,pág:54

5 - A Descrição das características do arquipélago contou com fontes diversas, sendo particular ênfase ao livro « S. TOMÉ E PRÍNCIPE PEQUENA MONOGRAFIA,» LISBOA, 1964, « Atlas da Lusofonia,2008 » do investigador Augusto Nascimento, e « Biodiversity conservation in the Gulf of Guinea islands: taking stock and preparing action » Acedido em 8 de Fevereiro e disponível em: <http://digital.csic.es/bitstream/10261/49220/1/fulltebiocon2.pdf>

6 - O Banco Mundial apontava para total de 197.000 mil habitantes em 2014. Consultar: <http://www.worldbank.org/pt/country/saotome/overview>. Acedido em 7 de Março 2015.

Com influência das alterações climáticas, o arquipélago resente – se refletindo por vezes em períodos mais prolongado de seca. No entanto, a sua orografia montanhosa proporciona vários microclimas. As zonas mais elevadas têm uma grande pluviosidade podendo atingir 7.000 mm por ano, enquanto que as zonas baixas, mais concretamente (Norte e Nordeste) registam menos períodos de chuva sendo genericamente inferior aos 1.000 mm por ano.

A ilha de São Tomé e Príncipe tem como eixo de maior comprimento uma distância de 47 km e encontra-se a latitude 00° 23 Norte e longitude 015 0° 58´ Este, e a ilha de Príncipe tem dimensões máximas compreendidas entre 15 e 19 km, situa-se entre as latitudes 01° 38 Norte e longitudes 016° 38´Este.

São Tomé e Príncipe localiza-se ao largo do Golfo da Guiné, sendo que a ilha de Príncipe, a nordeste de São Tomé, dista cerca de 296 km da costa africana e a ilha de São Tomé dista 330 km. As ilhas de São Tomé e Príncipe distam entre si cerca de 150 km, e o país tem uma Zona Económica Exclusiva⁷ de 160.000 km², e tem 261 km de fronteira marítima, 222 km de costas, sendo 150 km em São Tomé e 72 km no Príncipe.

É notável a acrescida importância geoestratégica do país fruto da sua localização numa região de considerável recursos energéticos e também haliêuticos, e ao mesmo tempo de crescente e diferenciados desafios na sub-região Africana.

O panorama de São Tomé e Príncipe é a de um pequeno estado insular, subdesenvolvido, largamente dependente de ajudas desde da sua formação como Estado, com uma economia frágil⁸ e elevada vulnerabilidade a choques externos, com um rendimento médio baixo, mas no entanto detentora de potencial que pode proporcionar o desenvolvimento desejável á população do arquipélago.

7 - A designação de “ Zona Económica Exclusiva” foi consagrada na declaração de Adis-Abeba, por influência dos países africanos, pese embora a sua designação mais correta fosse a de “ Zona Económica Preferencial”. Vd. COELHO Paulo « A Água desafiando a Soberania » In Nação e Defesa. Versão 98. Nº 86 – 2ª Serie pág:74

8 - O relatório Nacional de 2014 descreve de forma reduzida e bastante compreensível a situação do país. Pode-se ler o seguinte: “ É um país pobre, decorrente da fragilidade do seu tecido económico e da reduzida capacidade interna de produzir riquezas e criar empregos capazes de garantir melhores condições de vida a sua população”. Vd. Eduardo, C. & Sampaio, M., 2014. Relatório Nacional

2. ESTADO DE ARTE

É quase que inexistente a constatação de obras académicas sobre o arquipélago(São Tomé e Príncipe), relativamente a questão de segurança marítima das suas águas. Também é de salientar que muitas obras académicas referente a segurança marítima da própria região do Golfo da Guiné ganharam impulso depois de exponencial registos de atos de pirataria. Os atos de pirataria passaram a contrastar, sobretudo, com a fraca jurisdição de espaços marítimos de Estados Costeiros por caracterizarem-se por fraco exercício da autoridade, o que acabava por negligenciar a questão de segurança nesses espaços, possibilitando a proliferação de atores que colocam ameaças á segurança nestes espaços.(DIAS & BRANCO,2011, pág:15)

É neste contexto que admitir-se-á tratar de uma temática pouco estudada em São Tomé e Príncipe, embora apregoada pelas autoridades do país, a posição estratégica do arquipélago e a necessidade de fazer dessa posição, um referencial no Golfo da Guiné para a plataforma de serviços, e quiçá o seu contributo para a vigilância e controlo.

No aspeto da posição geográfica do país, não faltam obras académicas que referenciem a mais valia de São Tomé e Príncipe na região do Golfo da Guiné, para destacar obras como: “ A posição de Angola na Arquitectura de Paz e Segurança Africana”(LUÍS BERNARDINO,2013, pág: 542) ou “ São Tomé e Príncipe e os Desafios da Segurança Marítima no Golfo da Guiné”(AUGUSTO NASCIMENTO, 2011,pág:92).

Há a salientar, a própria importância e deveres de Estados Costeiros ou arquipelágicos como é o caso de São Tomé e Príncipe, relativamente a segurança marítima que consta inscrito na UNCLOS. Por exemplo, o “ dever de Estados Costeiros de publicitar qualquer perigo para a navegação de que tenha conhecimento no seu mar territorial.”(UNITED NATIONS, 2008,art24,pág: 33)

A soberania de um Estado requer o efetivo controlo do espaço que constitui seu território. São Tomé e Príncipe é um microestado, e como descreve Willian Staudenmaier(1982,pág:2-3), “(...) os microestados coletivamente sofrem de limitações inerentes ao seu papel como atores no cenário mundial; por exemplo, recursos limitados, significativos problemas sociais internos e uma inexistente ou subdesenvolvida capacidade militar”. Ao menos que os microestados possuam algum significado económico ou estratégico, é pouco provável que estejam em condições para equilibrar a

sua dependência⁹. Assim sendo, não restam dúvidas do significado estratégico de São Tomé e Príncipe na região do Golfo da Guiné

O autor pretende, apesar dessas reconhecidas limitações de recursos, enfatizar a importância que a segurança marítima constitui para o arquipélago, e se possível ajudar a dissipar a questão que tende a orientar a política interna quanto externa do país, isto é, aplicar dinheiro na segurança marítima no arquipélago é um investimento ou uma despesa?

A importância do mar não constitui dúvida para ninguém. Friedrich Ratzel, considerado por muitos o fundador da geografia humana moderna, reconheceu a importância dos mares no crescimento da população, na ascensão e formação dos grandes Estados, embora não tenha feito uma análise profunda sobre o papel fundamental no poder dos Estados. (ALMEIDA,1994,pág:22)

Hugo Grotius(1583 – 1645) deu a sua contribuição ao publicar em 1609 a obra *De jure praede commentarius*¹⁰, sendo que o capítulo de *Mare Liberum* (Liberdade dos mares), pretendia contrariar o *Mare Clausum*, e segundo Renata Zanin, *Mare Liberum* sofreu fortes influências (inclusive expressas) de Francisco de Victoria e de Fernando Vasquez de Menchaca e prega a liberdade dos mares (ZANIN,R.B.,2010,pág:84)

São incontornáveis nomes como a de Alfred T. Mahan que com seu estudo contribuiu para a importância dos mares no crescimento da população, na ascensão e formação dos grandes Estados, que hoje se reflete no desenvolvimento e poderio naval das grandes potências marítimas que consideram de importância vital para o desenvolvimento, o acesso nas diversas regiões do mundo.(LOURENÇO, pág:102)

Não há dúvida quanto ao valor qualitativo quanto quantitativo dos recursos haliêuticos no mar de São Tomé e Príncipe, e a necessidade cada vez mais premente da valorização do

9 - Idem

10- Denuncia explicitamente os bloqueios espanhóis e portugueses do mar, cujo intenção era de destruir todo o comércio com a Ásia e justificar os ataques holandeses a navios mercantes ibéricos como uma aplicação muito necessária à liberdade do comércio de navegação.

As teorias de lei natural e de direitos naturais formuladas pelo Hugo Grotius na *De Jure Praede*, não podem ser dissociadas do imperialismo holandês e o colonialismo no começo de período moderno.

Vide ITTERSUM J.V.Martine - Hugo Grotius in Context: Van Heemskerck's capture of Santa Catarina and its justification in *De Jure Praede* (1604 – 1606).Asian Journal of Social science – Consultado em 3 de Julho 2016. Disponível em: http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/33123430/AsianJournalofSocialScience.IttersumGrotiusinContext.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAJ56TQJRTWSMTNPEA&Expires=1475445262&Signature=0JnqR2mD4r2MctJmhsL7vCebiWM%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DHugo_Grotius_in_Context_Van_Heemskerck.pdf

mar e desses recursos que necessariamente passará por segurança e controlo daquilo que constitui o maior território do país.

3. SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE E A DIMENSÃO DO SEU ESPAÇO TERRITORIAL

A exígua dimensão de 1001 km² de superfície, na imensidão do mar, que em 1975 conquistou com a autodeterminação do povo o estatuto de país independente,¹¹ através da luta pela independência chefiado por representantes de movimentos de libertação, exige ou presume-se que terá exigido sempre, que se estabelecesse como desígnio estratégico nacional, um olhar crítico dos seus dirigentes para o maior espaço territorial que pode atribuir grandeza ao arquipélago.

Falando de espaço territorial, António Fernandes(2008,pág:43), descreve no livro que Friedrich Ratzel¹², segundo critério funcionalista, formulou a teoria de espaço, sintetizando-as em 4 princípios para qual um em especial, diz o seguinte: “ O espaço é um factor primordial na grandeza dos Estados.”

Assim, para São Tomé e Príncipe, com a sua localização, dimensão e particular característica de ilha, o espaço que atribui alguma grandeza é naturalmente o mar, o espaço marítimo 160 mil vezes maior do que a superfície terrestre.

Ainda assim, o espaço que constitui a Zona Económica Exclusiva com 160.000 km² é conforme literatura, o espaço relativamente fraco para um país insular, quando comparado com países vizinhos como Gabão ou Guiné Equatorial.(PA, D.I.,1996.PROGRA 1 VME DU)

O espaço que constitui a Zona Económica Exclusiva do arquipélago, pode através da plataforma continental ser alargada para além de 200 milhas náuticas, defende um advogado holandês¹³. “ *Eu vi alguns documentos de Navegação nas Nações Unidas e*

11 - Antes da data memorável da proclamação de independência em 12/07/1975, está a outra de maior significado, por se tratar da data de assinatura de Acordo de Argel em 26 de Novembro de 1974 entre representantes do movimento de libertação de STP e as autoridades portuguesas.

Engane-se aqueles que pela dimensão, tanto do território como da população, presume que a independência tenha sido dada, sem que houvesse uma resistência rigorosa da população do arquipélago. Vd. SANTOS, A. António – QUASE MEMÓRIAS. Da Descolonização de cada Território em Particular – 1ª Edição. Rua Bento de Jesus Caraça, 17. CASA DAS LETRAS I EDITORIAL NOTÍCIAS

12 - Considerado por muitos o fundador da geografia humana moderna, é também responsável pelo estabelecimento da geografia política como disciplina. Nasceu em 1844 na Alemanha e faleceu em 1904 no mesmo território.

13 - Pieter Van Welgen, Cônsul de São Tomé e Príncipe na Holanda: <http://www.africa21digital.com/politica/ver/20043972-plataforma-continental-de-sao-tome-e-principe-pode-ser-alargada-segundo-advogado-holandes>. Acedido em 5 de Setembro de 2015

também estudos que foram financiados pelo Governo da Noruega sobre plataforma continental de São Tomé e Príncipe e os estudos deixam indicações que a plataforma continental pode ser maior do que as 200 milhas náuticas da zona exclusiva”

A plataforma continental de um Estado costeiro compreende o leito e o subsolo das áreas submarinas que se estendem além do seu mar territorial, em toda a extensão do prolongamento natural do seu território terrestre, até ao bordo exterior da margem continental, ou até uma distância de 200 milhas marítimas das linhas de base¹⁴ a partir das quais se mede a largura do mar territorial, nos casos em que o bordo exterior da margem continental não atinja essa distância.(CNUDM,1982, art.76, par.1)

Conforme alude Armando Correia(2010),¹⁵ “ *Embora na internet se vendam terrenos na Lua e no Marte é no fundo do mar que verdadeiramente ainda hoje se pode conquistar terreno. Esta possibilidade existe porque na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do mar (CNUDM), de 1982, foi legislada a possibilidade de extensão dos limites das plataformas continentais dos países ribeirinhos”*

Assim sendo, caso São Tomé e Príncipe queira eventualmente alargar a sua ZEE para além de 200 milhas marítimas, teria de enfrentar, com naturalidade, uma série de procedimentos que são exigentes e complexos. Por exemplo, Se se verificar fisicamente que a plataforma continental de São Tomé e Príncipe excede as 200 milhas, admite-se então que São Tomé e Príncipe como Estado costeiro que é, possa então alargar o limite exterior da sua plataforma continental para além das 200 milhas.

Para que isso aconteça, o Estado deve apresentar um pedido¹⁶ a um órgão criado pela Convenção, isto é, A *Comissão de Limites da Plataforma Continental*(CLCS). Esta Comissão, cujo a primeira sessão se realizou em 1997, facilita a aplicação da Convenção no que se refere ao estabelecimento dos limites exteriores para além de 200 milhas e faz

14 - Linhas de origem de mar territorial. As linhas de base podem ser normais ou retas. Quando normais, elas acompanham a linha de baixa-mar

15- Capitão de fragata da marinha portuguesa em 2010

16 - Docente do Departamento de Ciências Jurídicas da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria(Marisa Ferrão), descreve num trabalho cujo o título é “*Submissões já efectuadas para alargamento da plataforma continental além das 200 milhas marítimas*”, “que até a presente data, foram efetuadas doze submissões à Comissão de Limites, sendo uma delas uma submissão conjunta/ parcial e seis parciais. Com efeito, apenas doze Estados já fizeram submissões e, portanto, estima-se que, num futuro próximo, muitas mais serão realizadas”. A docente salienta por exemplo o facto da Rússia ter sido o primeiro Estado a submeter à Comissão os limites exteriores da plataforma continental além das 200 milhas, e fê-lo em 20 de Dezembro de 2001. Uma vez que a Convenção de Montego Bay entrou em vigor em relação a este país em 11 de Abril de 1997, isso significou que a Rússia cumpriu o prazo de 10 anos contando-o do modo inicialmente previsto, ou seja, a partir da data em que a Convenção iniciou a sua vigência relativamente a cada Estado, não tendo, portanto, este país beneficiado da forma de contagem do prazo acordado na 11ª Conferência dos Estados partes.

Vd. « JORNADAS DO MAR “ O OCEANO: RIQUEZA DA HUMANIDADE” »2008, pág:84

recomendações aos Estados costeiros sobre esta questão. Com base nestas recomendações, os Estados atribuem à sua plataforma assim alargada limites definitivos e obrigatórios. (Marisa Ferrão,2008,pág:48)

No entanto, é em função da dimensão do território que é bastante assimétrico entre o arquipélago de São Tomé e Príncipe e os vizinhos na região, que o país foi, vítima de um processo de shelf-locking¹⁷ devido a um mecanismo duplo: de um lado, os Estados continentais como Gabão e Nigéria tem a sua disposição um litoral relativamente convexo, o que os favorece em termos de zona económica exclusiva. De outro lado, um Estado continental como a Guiné Equatorial goza de posto insulares, a saber Bioko e Annobon. Estes dois cenários geram automaticamente a redução da zona económica exclusiva são-tomense(André-Louis Sanguin,2014)

Isto acontece, apesar da ilha de Príncipe ter uma plataforma continental de 1.023 km², maior que a ilha de São Tomé com 432 km², que pudesse proporcionar eventual alargamento da ZEE.

Após a descoberta de recursos energéticos na região, e de forma a evitar eventual animosidade entre os países a respeito das suas fronteiras marítimas internacionais, houve a necessidade da delimitação da fronteira marítima entre S.T.P e a Nigéria, e sobretudo, devido ao nacionalismo da plataforma continental que se fez sentir na região, pelo que a delimitação da fronteira marítima entre São Tomé e Príncipe e Nigéria ficou condicionado a “ causa nigeriana,”¹⁸ e acordado a partilha de exploração conjunta de petróleo na porção 40% para São Tomé e Príncipe e 60% para Nigéria na Zona de Exploração Conjunta¹⁹, uma exploração com duração de 45 anos.(PRAZERES et RAMOS, DEZ 2014:pág:4)

Estava em evidência, e se assim se pode considerar, comparando dois Estados(São Tomé e Príncipe e Nigéria) no processo da disputa fronteiriça, o segundo princípio de Friedrich

17 - Consiste no processo de delimitação da zona de 200 milhas na qual alguns Estados costeiros ou insulares recebem menos do que a sua área marítima por razões combinando geralmente a presença de ilhas pertencentes a um Estado vizinho e a concavidade de seu próprio litoral continental. Acedido em 27 de Fevereiro de 2015 em <https://confins.revues.org/9018?lang=pt#ftn3>

18 - A Nigéria alegou fatores geográficos como a dimensão do seu espaço territorial, comparativamente com a de São Tomé e Príncipe, extenso comprimento costeiro e a população.

19 - São Tomé e Príncipe e Nigéria assinaram em 21 de Fevereiro de 2001, o tratado sobre a Exploração Conjunta dos Recursos Petrolíferos e outros existentes na Zona Económica Exclusiva dos dois Estados.

Ratzel que diz o seguinte: Um grande espaço assegura a vida dos Estados por ser uma força e não somente um mero veículo do poder.²⁰(FERNANDES, 2008,pág:43)

3.1 MICROESTADOS NO CONTEXTO DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Talvez se possa admitir, que uma das características mais distintas dos países considerados de microestados, o facto de não possuírem a capacidade de usar a força militar ou pelo menos advertir para o seu uso, mais sim terem que contar e depender de organizações internacionais ou necessariamente da ajuda externa para proteger os seus interesses nacionais.(Staudenmaier,1982,pág:3)

Neste aspeto, reforçando o facto de existir a fragilidade económica que tende a ser crónica, talvez pareça prudente dizer que, os microestados estão intimamente ligadas a um Estado vizinho que se manifeste como “ protetor.”

Muitos dos pequenos Estados(especialmente os insulares), como é o caso de STP, enfrentam desvantagens específicas relacionadas com a sua pequena dimensão, a insularidade, e são propensas a desastres naturais²¹. Esses fatores por si só tornam as economias desses estados muito vulneráveis as forças fora do seu controle.

Efetuar despesas com questões ligadas a segurança marítima parecia não constituir prioridade, porque estes países veem-se em constante pressão para resolver problemas prementes internos, e aparentemente negligenciam(negligenciavam) seguir com políticas relacionadas com a segurança marítima, ou ativar questões ligadas as disputas fronteiriças, que continua sendo uma das maiores razões de conflitos ou potencial razão no contexto internacional.

Por exemplo, fruto essencialmente da descoberta de recurso energético, decorre uma disputa entre Austrália(grande espaço) e um país membro da CPLP(Timor Leste), que á luz do Direito Internacional e da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar,

20 - No domínio das relações internacionais, confunde-se muitas vezes “poder” com “força”. Porém, os dois conceitos são distintos e respeitam a realidades diferentes: O poder é desde logo e principalmente um instrumento político, ao passo que a força, no sentido físico da violência, só intervém se os outros meios de persuasão e de pressão não puderem sustentar a linha de ação pelo Estado que exerce o poder. A força deve ser considerada sempre como último argumento no diálogo internacional.

Vd. FERNANDES, J. António - As Relações Internacionais e Portugal – Rua Pinheiro Chagas nº. 19 – 1º LISBOA: Prefácio-Edição de Livros e Revistas,Lda,2008.

21 - Recentemente, ondas gigantes avançaram sobre a comunidade piscatória de Abade na Região Autónoma de Príncipe. As autoridades do Governo Regional lamentaram não terem condições financeiras para realojar a comunidade noutro lugar. O país vem verificando, fruto de efeito das mudanças climáticas, ondas gigantes que já ocorreram noutras regiões do país. <http://www.telanon.info/sociedade/2016/09/06/22668/mar-avancou-sobre-a-comunidade-de-abade-no-principe/>

vem através de uma carta aberta da ACBN²² ao governo de Austrália, pedir para a resolução definitiva da delimitação da fronteira marítima entre os dois países. (OS T. ET Al.,2016: pág:5)

A região da Ásia e do Pacífico são responsáveis por cerca de 60% da população do mundo e inclui 56 países, cobrindo a maior região terrestre do mundo geograficamente. A maioria destes países, especialmente aqueles dentro do Pacífico, têm jurisdição marítima que são maiores do que a sua massa de terra²³. A Austrália por exemplo, que esta na disputa com o Timor-Leste, tem a responsabilidade marítima o dobro da massa da terra continental australiano, e com capacidade para aumentar ainda mais sob a 3ª Convenção das Nações Unidas sobre o direito de Mar.(Abbas Rajabifard et al.,2006, pág:21).

No entanto, o que esta em causa são os recursos energéticos existente na região que envolve os dois países.

São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, embora com diferenças significativas, são dois países de pequena dimensão e rendimento per capita baixo/médio, beneficiando do potencial de recursos petrolíferos(já em exploração no caso de Timor- Leste). (SOARES Alberto, 2014, pág:3)

O outro exemplo seguido com muita ponderação, é o facto da China(grande espaço e com maior efetivo militar do mundo), aparentemente violar a lei internacional, ao ter surpreendido o mundo quando deu início a construção de ilhas artificiais numa região que possui abundantes recursos naturais, uma das rotas marítimas mais importantes e de onde se desenvolve grandes volumes de comercio regional, deixando expectante a comunidade internacional, e sobretudo inquieto os seus vizinhos mais próximos.

“Among China’s immediate neighbors, especially those in Southeast Asia there was a new concern about China’s assertive posture towards solving maritime and territorial dispute, and some wondered what this might portend about the role an even more

22 - Associação dos Combatentes da Brigada Negra. Antiga força especial das FALINTIL(Forças Armadas da Libertação Nacional de Timor – Leste). Disponível em: <http://www.telanon.info/wp-content/uploads/2016/03/brigada-negra-carta-aberta-ao-1-ministro-da-australia-versao-oficial-22-de-marco-de-2016.pdf>. Acedido em 17 de Maio de 2016

23 - Cf. Sutherland,M. & Nichols,S., « Administering Maritime Spaces: International Issues,» 2006

*powerful China would play in coming decades*²⁴”(MELOROSE, J., PERROY,R. & CAREAS, S.,2015)

É nestas circunstâncias que se poem a prova o papel das grandes organizações como é o caso da ONU, na resolução de diferendos dessa natureza.

Chegou porventura o tempo em que se deva recorrer as palavras de Tucídides²⁵(431 A. C) que diz “ Assim como vai o mundo, estará somente em causa potências de iguais poderes, enquanto os fortes fazem o que querem, os fracos sofrem o que devem.”²⁶

Talvez não seja bem assim, os pequenos Estados não podem esperar ser tão influentes como os grandes Estados nas instituições como Nações Unidas, Organização Mundial de Comércio(OMC) e União Europeia(UE). No entanto, a influência de pequenos Estados num mundo pacífico, caracterizado por cooperação entre Estados, pode aumentar em comparação a sua influência num mundo de conflitos e pressão militar.(HANDEL 1981).

A ONU é a única organização internacional que agrupa a grande maioria dos países do mundo em seus acordos internacionais. Representantes dos Estados podem agir a favor do seu país e participar nos processos de decisão como atores iguais aos demais nações sobre temas de importância internacional.

Apesar das dúvidas sobre a importância e a eficácia desta organização multinacional, deve-se ter em mente que ele fez contribuições significativas no campo do desarmamento, da manutenção da paz, na mediação de prestação de serviços, e na assistência a descolonização e no desenvolvimento do chamado terceiro mundo. (BALIK, P.,2008, pág:19)

Todos esses aspetos têm sido as principais contribuições para a paz, e em todos os campos os pequenos Estados desempenharam o seu papel. É portanto, importante lidar com questões que estejam sob as competências desta instituição internacional, que

24 - Vd. BROOKS,G. Stephen & WOLFFORTH,C.William - « Assessing the China Challenge». In World Out of Balance, International Relations and the Challenge of American Primacy -Princeton 2008, pág: 45.

25 - Foi um historiador da Grécia Antiga. Escreveu a História da Guerra do Peloponeso, da qual foi testemunha e participante. Pelo foco no problema da guerra e devido á análise dos conflitos entre as cidades – Estado da Grécia Antiga, a corrente do pensamento teórico realista das relações internacionais, no século XX, passou a considerar Tucídides como o “avô” do próprio realismo.

26 - Retirado de « Small States in international relations: rearranging the puzzle of defining the 'small states' » -- Md. Fazle Rabby, membro do Painel Editorial FAIR. Disponível em: https://www.academia.edu/3809483/Small_states_in_international_relations_rearranging_the_puzzle_of_defining_the_Small_State_-- Md. Fazle Rabby. Acedido em 11-09-2016

fornece uma explicação adequada do papel de pequenos Estados no ambiente internacional executada através de organizações internacionais.²⁷

É nesta instituição que os pequenos estados, fruto de importantes princípios veem a igualdade o reflexo do estatuto jurídico dos Estados e não dos seus atributos específicos, como o tamanho do território, população, forças militares, riqueza ou outros parâmetros.(MARIA, C.PINTO.,2010.pág:31)

Por último, apesar de quase sempre se colocar em causa a capacidade das Nações Unidas na resolução de alguns conflitos, a verdade é que esta organização não pode alterar o “Estado natural” da comunidade internacional para o “Estado civil.” Por outras palavras, “Estado natural” opõe ao “Estado civil” que supõe tribunal e polícia. Não há o equivalente a um tribunal na sociedade internacional, e se as Nações Unidas quiserem obrigar uma das grandes potências a submeter-se, a ação da polícia degenerará em grande guerra.(António J. Fernandes,2008, pág:37)

3.2. SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE E OS VIZINHOS PRÓXIMOS DA REGIÃO.

É em termos histórico, essencialmente de luta pela autonomia, onde muitos dirigentes do arquipélago recorreram aos países vizinhos para formarem base para a lutarem para a independência, e também da dimensão do arquipélago comparativamente aos países da região, que não parece ser comedido retomar a disputa a nível internacional com os vizinhos mais próximos relativamente a hipótese de alargamento da ZEE de São Tomé e Príncipe insinuada pelo Pieter Welgen (advogado holandês), sobretudo, depois do incidente de 1998 envolvendo a fronteira na parte sul entre mar de Guiné-Equatorial e São Tomé e Príncipe.

Dentre a literatura pode-se ler o seguinte,« (...) désaccord entre Elf et Mobil. En 1998, Elf a obtenu un permis de recherche de la Guinée – Equatoriale dans le bloc E, situe au sud – ouest de Bioko. Au même moment, São Tomé (peut – être conseillé par Mobil...qui détient l’exclusivité des droits de recherche dans ce pays) a tenté de faire modifier son propre statut international de façon á être reconnu comme archipel » (JANET ROITMAN et GÉRARD ROSO: Pág :140)

Insere-se neste contexto, que as relações internacionais, conforme defende Rudolf Kjellén,²⁸ não são mais do que um super-jogo, jogado por super - seres (Estados), numa

27 - Idem

super-mesa (Terra). Os Estados ainda são e serão os principais agentes das relações internacionais, cabendo a estes a decisão de assumir ou não compromissos internacionais.

Num pensamento conceptualmente organicista, Kjellén descreve alguns atributos dos Estados, sendo que, ressaltando um para este exercício, este diz o seguinte: Para sua auto-conservação, um Estado tem de preferir aos princípios da moral as manifestações brutais da força.(FERNANDES,2008, Pág:42)

Isto não implica dizer, todavia, que se tenha verificado essas manifestações brutais de força dos países da região para com o arquipélago. Pelo contrário, há uma relação concebível de amizade, pese embora no passado, face a definição da fronteira marítima na região, o manifesto interesse de Camarões e da Nigéria em delimitar as suas, ter encontrado no Tribunal Internacional o impedimento²⁹ para tal, uma vez que afetava os direitos de dois Estados, Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe.(E, & CARON, D.D.,2002, pág:392)

Porém, como elucida António Silva Ribeiro(2008,pág:66), “(...)Verifica-se hoje que, muitos Estados, tendo definido os seus direitos de soberania e jurisdição sobre espaços marítimos vastíssimos, nunca revelaram capacidade para gerir os respectivos recursos, nem para garantir a sua utilização racional. Por isso, outros Estados mais aptos demonstram uma crescente vontade para alargar as suas competências nesses espaços.” Este aspeto tem sido sem margem de dúvida, o que vinha acontecendo em São Tomé e Príncipe que durante anos, demonstrou pouca capacidade de autoridade no seu território marítimo.

Consequentemente, importa salientar que a maior parte das descobertas de petróleo na região são feitas nas profundezas³⁰ do mar, e isso pode despertar novamente o interesse quanto as questões da fronteira marítima na região. Enquanto isso, o arquipélago com

28 - Cientista Político Sueco . Tornou notável o termo “Geopolítica” e também criou o revolucionário conceito de “Heartland”

29 - Na contestação da delimitação de fronteira entre Nigéria e Camarões, cujo costas são adjacentes, existia uma particular preocupação do Tribunal Internacional, que residia no facto da determinação do prolongamento da fronteira marítima destes para além do ponto “ G” (uma distância de 17 milhas náuticas da costa) caso executado, poderia desencadear reivindicações territoriais adversos de outros Estados, e de como esse acórdão do Tribunal iria afetar os direitos e interesses de outros Estados, neste caso, o de São Tomé e Príncipe e Guiné Equatorial.

Vd.CARON,D.David - Internacional Decisions - 2002. pág: 392»

30 - Dos blocos existentes na Zona de Exploração de Desenvolvimento Conjunto entre São Tomé e Príncipe e Nigéria, dados sísmicos sugerem que os blocos offshore poderia conter entre 4 a 11 bilhões de barris de reservas em profundidades de entre 1500 e 2500 metros.

Vd. SEIBERT Gerhard - Coup d'état in São Tomé e Príncipe – Consultado em 17 de Outubro de 2015. Disponível em: <https://www.issafrica.org/uploads/STOMEOT03.PDF>

1001 km², e em considerável dimensão desproporcional para com os seus vizinhos, num mundo de ameaças e incertezas generalizadas, deve continuar salvaguardando a política de cooperação e de compromissos para grandes preocupações que afligem a região, onde a plataforma comum entre os estados costeiros e arquipelágico é o mar. Invocando a Kenneth Waltz³¹, este afirma que: o equilíbrio é uma estratégia de sobrevivência uma maneira de tentar manter autónoma vida de Estado.(BROOKS et WOHLFORTH, pág:49)

Ao longo de vários séculos, interligando diferentes povos, os Mares e Oceanos vêm desempenhando o importante papel de via de comunicação bem como de inesgotáveis fontes de pesquisas científicas para o avanço da humanidade. (Citado por Fernandes, Pág. 87)

O mar representa para qualquer país, que tenha ainda que ínfima costa de acesso, importante fonte de recursos diversos, sendo alguns desses recursos capazes de proporcionar um robusto crescimento económico e social, ou seja, fator de prosperidade para nação que dela tem acesso. Assim, São Tomé e Príncipe, no Golfo da Guiné, e face aos crescentes ventos de ameaça de pirataria, que vinha sendo mais notório noutras paragens do mundo, vê-se agora na necessidade de empregar esforços para garantir o controlo e segurança nas suas águas.

No Golfo da Guiné a situação tende a agravar -se uma vez que as ações de pirataria tende a ocorrer em águas mais restritas, o mesmo que dizer, dentro da jurisdição de cada um dos Estados ribeirinhos, normalmente com poucos meios ou sem meios de intervenção e naturalmente sem condições para enfrentar ameaças.

3.3. PIRATARIA, ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Presume-se que os primeiros atos relacionados com a pirataria teriam sido efetuados pelos gregos quando estes saqueavam mercadorias fenícias e assírias por volta de 735 A.C. Para a época, muitos outros atos de pirataria marítima provavelmente teriam ocorrido noutras paragens do mundo, sem que pudessem eventualmente ter ganho relevo quanto a divulgação.

31 - Um dos mais importantes estudiosos das Relações Internacionais. Considerava o "Poder" como critério fundamental e também um instrumento decisivo, isto é, poder no centro das relações entre Estados.

Para algumas regiões, a semelhança do que acontece hoje, era mais evidente o foco de atividades de pirataria, naturalmente fruto da dinâmica do comércio diversificado de bens nessas regiões que por sua vez atraía oportunistas.

Como mero exemplo, Max Boot(2009), descreve que tanto a costa africana como os estreitos e canais estavam infestados pelos piratas ingleses e franceses que tinham a sua sede nas Índias Ocidentais. A partir do Cabo da boa esperança até ao Golfo Pérsico, a partir de Cabo de Comorim até Sumatra, toda a costa foi assolada por ingleses, franceses, holandeses, dinamarqueses, portugueses, árabes, piratas locais e outros. Não havia paz no oceano. O mar estava a vasto domínio de ninguém, onde cada homem podia levar a sua presa.

O Mar Mediterrâneo, Mar Morto e Mar Vermelho, com as características naturais de serem mares fechados, teriam provavelmente presenciado fontes de pirataria vindas de diversas partes. No oceano Índico, registaram-se atos de pirataria na altura, mas foi no oceano Atlântico, onde os piratas atingiram o auge das suas atuações, sendo denominada na altura como “ Época de Ouro da Pirataria³²” por se tratar de ataques que estes efetuavam a navios que voltavam da América, sobretudo no Mar de Caribe, onde era mais frequente os ataques uma vez que era ali onde passavam inúmeros navios transportando mercadorias valiosas, principalmente o ouro oriundas das colônias das grandes metrópoles. (Citado por Zucatto, pág: 535)

Hoje os piratas estão atuando aproveitando as mesmas razões que outrora os impulsionaram a focar as suas atenções no Atlântico. Trata-se neste século do impacto do “ouro negro” no Golfo da Guiné, uma região cuja a diversidade de recursos vai desde produtos agrícolas, madeira tropical, peixe, ouro, diamantes, cobre, minério de ferro, fosfato, bauxite, calcário, minério de urânio, petróleo e gás natural. (MARTIN PABST,G.2005,pág:35)

32 - Max Boot(Julho/Agosto de 2009), descreve no seu trabalho que o Mar de Caribe não foi um terreno tão lucrativo de caça para os piratas, mais se tornou mais conhecido para a posteridade por causa do livro de Charles Johnson de 1724. A história geral de roubos e assassinatos dos mais notórios piratas. Mais do que qualquer outra fonte, a história geral forjou o estereótipo popular de pirata desgastado , e com tapa-olho, que vem sido explorado ao longo de anos por artistas desde Robert Louis Stevenson até Johnny Depp.

4. SEGURANÇA MARÍTIMA NO GOLFO DA GUINÉ

A questão de controlo e segurança é sensível a todos os países da região de Golfo da Guiné, sendo a participação de todos, ou mesmo dos que direta ou indiretamente se veem afetados, uma incumbência para garantia da segurança na região.

Em 2016, logo no mês de Fevereiro, o primeiro ministro Patrice Trovada e líder do partido ADI, anunciava numa espécie de ensaio do governo, novas ações para atração de investidores privados para sector da pesca, através de reforço a capacidade operativa da guarda costeira³³ para a fiscalização do mar territorial, uma vez que se considerava estarem a ser lançadas as bases para a economia do mar no arquipélago.

Para o efeito, cinco embarcações foram compradas, sendo duas catamarãs para o transporte de passageiros com capacidades de 450 passageiros, o que encurtará a distância a nível de tempo entre as duas principais ilhas, e três lanchas para a fiscalização marítima³⁴ (RNSTP.pt. 3 FEV. 2015)

Deter maior controlo, e proporcionar segurança nas águas territoriais, é o que se pode reter das intenções do governo, numa altura de constantes declarações de atos de pirataria e de outras irregularidades na região de Golfo da Guiné.

A título de exemplo, oito anos atrás, isto é, em Setembro de 2008, o primeiro ministro Patrice Trovada encontrou-se com o general Carter F. Ham, e tornava-se o primeiro político africano a visitar o U.S Command(USAFRICOM), ou simplesmente AFRICOM, com intuito de abordar questões relacionadas com a segurança na região do Golfo da Guiné.

Numa entrevista dada pelo Patrice Trovada em 2013, na altura como primeiro ministro ao canal STPtv, este comentou ter trocado com o presidente Manuel Pinto da Costa sobre a possibilidade da presença de uma base militar americana no país³⁵. Essa mera

33 - Apesar de carências, das Forças Armadas, vêm-se verificando transformações na cultura militar são-tomense. Em relação a Guarda Costeira, assiste-se ao reforço do controlo da Zona Económica Exclusiva, através de incremento das ações de observação do serviço de vigilância e á fiscalização e policiamento marítimo com vista a efetivação da autoridade do Estado no mar.

Vide. GABRIEL Bruno « As Novas Forças Armadas de São Tomé e Príncipe »

25 – Informação disponível em: <http://www.rnstp.st/index.php/noticias/item/192-governo-assegura-a-ligacao-das-ilhas-com-a-aquisicao-de-novos-catamarans-e-a-defesa-das-aguas-territoriais-com-novos-barcos-patrolhas>

35 - Informação disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NrJc9beigIM> (Acedido em 08-06-2016). Especial atenção ao minuto 33 e 34 segundos.

A Administração do antigo presidente norte americano George Bush negociou acordos de acesso a bases com os governos de Gabão, Quênia, Mali, Marrocos, Tunísia, Namíbia, Senegal, Uganda, Zâmbia e São Tomé e Príncipe. Ao abrigo destes acordos, os Estados Unidos ganhariam acesso a bases militares locais e outras instalações para que pudessem ser usados por forças americanas como base de trânsito ou como bases operacionais avançadas para o combate, vigilância e outras operações militares.

possibilidade, provavelmente terá sido ponderada, se considerada o peso que significaria a presença militar estrangeira no país, e eventuais interpretações que poderiam surgir ao nível do continente, isto é, o facto de existir uma posição comum da África relativamente a segurança e defesa que desencoraja que haja acolhimento de tropas estrangeiras no território africano³⁶.

No entanto, tudo indica que a eventual base militar funcionaria no alicerce de programas de formação bilateral de exercícios militares conjunto, uma vez que essa base militar permaneceria propriedade do país de acolhimento, e segundo Daniel Volman(2007,pág:10), “não são bases norte americanas no sentido legal, e tecnicamente tem sido defendido pelos funcionários do governo de EUA, quando negam que os Estados Unidos têm bases nesses países”, e que aconteceria certamente com São Tomé e Príncipe.

Falar de atividade de pesca, do sector envolvente, de transporte marítimo, ou da exploração de jazidas de petróleo do Golfo da Guiné, jazidas essas que são consideradas como sendo uma das maiores reservas a nível mundial, requer falar indiscutivelmente da componente da segurança como garante de estabilidade na região, da qual, países costeiros ou arquipelágicos têm o papel importante a desempenhar, e nisto, São Tomé e Príncipe destaca-se face a sua posição e o contributo que pode dar na região de consideráveis recursos energéticos e marinhos.

“(…) A agravarem-se as necessidades impostas pelo crescimento da população mundial e pelo aumento dos requisitos de desenvolvimento, é provável que as potências militarmente bem apetrechadas, com economias mais dinâmicas e dispondo das necessárias capacidades científicas, tecnológicas e financeiras, não sejam entusiastas de medidas assentes na equidade, na solidariedade e na partilha, destinadas a regulamentar de forma justa e eficaz a exploração económica do mar”.

(Isabel, A.,et al.,2008)

Desculpar-se á, espero, esta longa citação. Todavia, como mero exemplo, face a escassez de matérias – primas, a Argentina, apesar de acordos existentes entre a China e o país,

Vd VOLMAN, Daniel - «Introduction to AFRICOM Special Issue: Analysis and Activism »2007,pág:10

36 - Aquando de estudo para a possibilidade de sediar a base da AFRICOM num dos países do continente africano, um dos obstáculos apontado era o facto de violar a posição comum da África relativamente a segurança e defesa, que desencoraja que haja acolhimento de tropas estrangeiras no continente africano.

Vd. Ros-Lehtinen, I. et al., 2007« Militarization of U.S.-Africa Relations». É nessa linha de pensamento que o autor opta por ponderar eventual base americana no país.

este não hesitou face aos seus recursos haliêuticos, para afundar o navio chinês denominado de Lu Yan Yuan Yu 010 que pescava ilegalmente na sua Zona Económica Exclusiva, onde o país tem direitos exclusivos de exploração de recursos naturais. (CNN, 15 de Março, 2016)

Um episódio, e deste com acesso a ação judicial por parte das autoridades de São Tomé e Príncipe, embora com características diferente ao que ocorreu no mar de Argentina, teve lugar na ZEE de São Tomé e Príncipe.

Navio pirata ligado a pesca ilegal denominado de Thunder, vinha há mais de três meses sendo perseguido por uma ONG internacional de nome Sea Sheperd³⁷ que defendia que ação ilegal da pesca por parte do navio já tinha produzido milhões de dólares, para o proprietário do navio. No alto mar, ou em qualquer outro lugar fora da jurisdição de qualquer Estado, medidas como de apreensão de navios ou aeronaves piratas, ou apreensão de navios ou aeronaves tomados pelos piratas ou sob controlo dos mesmos, podem³⁸ ser perseguidas, presas as pessoas e confiscada os bens que constarem no navio. (UNCLOS, artg: 105)

O tribunal do Estado que realizar a apreensão pode decidir sobre as sanções a serem impostas, e pode também determinar a ação a tomar no que diz respeito aos navios, aeronaves ou propriedade, sem prejuízo dos direitos de terceiros de boa fé. (DAVIDSON, J.S., 1997: pag 61)

O facto da perseguição e resgate dos tripulantes do navio Thunder ter ocorrido no mar do arquipélago, embora efetuado por terceiros, coube ao Estado de São Tomé e Príncipe aplicar jurisdição correspondente.

O navio também estava a ser procurada pela Interpol³⁹ pela sua prática ilegal de pesca de peixes, especialmente de espécies cientificamente denominados por *Dissostichus*⁴⁰, que só são encontradas nas águas profundas. (TELANON, Abril, 2015)

37 - ONG ambientalista norte americana, fundada em Junho 1977

38 - O uso de verbo “ poder,” suscita de acordo com a literatura, uma certa incerteza, uma vez que não implica a natureza discriminatória de provisões, mas também não indica que as ações alistadas no artigo 105, são permitidas como exceção a princípios gerais que seriam de outra forma proibidas. O artigo 105 permite a apreensão de navios piratas navegando no alto mar, em exceção ao princípio geral da liberdade de navegação contido no UNCLOS, sob o qual a tal intervenção seria considerada de ilegal.

39 - Organização Internacional de Polícia Criminal. Fazem partes do membro da Interpol, 190 países. S.T.P faz parte desde 17 Novembro 1988.

40 - Estas espécies de peixes são encontrados nos Oceanos de sul. Os indivíduos podem viver por mais de 50 anos, atingir comprimentos de mais de dois metros e pesar mais de 200 kg.

Na verdade, o navio acabou-se naufragado de forma deliberada, a 60 milhas da terra, tendo sido confirmado durante o julgamento de 3 pessoas que foram formadas arguidos⁴¹ no arquipélago.

Outro episódio, com sucesso quanto a atuação da Guarda Costeira relativamente a segurança nas águas territoriais, mas eventualmente (infelizmente) com consequências⁴² a serem incumbidas a autoridades do arquipélago dado ao excesso exercido pelo Tribunal do país na aplicação da pena aos capitães dos navios envolvidos aparentemente em atos ilícitos, foi o facto de em Março de 2013 as autoridades de São Tomé e Príncipe terem apreendido, após ter entrado em águas territoriais e surgido no radar, o navio denominado “Dugzit Integrity” de Malta, por este ter aproximado do outro navio de nome “Marisda Melissa” para transferir cerca de 1.500 toneladas de combustível e outros equipamentos. (RTP África 16 -09-2016)

É neste contexto que, São Tomé e Príncipe, com a sua localização e características de arquipélago, é no espaço que atribui grandeza ao país que esforços terão de ser feitos para garantir a segurança dos recursos que possui e naturalmente a soberania do país. Tarefa árdua, será contrabalançar os esforços para garantir a segurança com ainda existente nível de rendimento de muitas famílias abaixo do custo de vida estimado de subsistência. No entanto, deve-se encontrar nos dirigentes do arquipélago, aqueles cujo o pensamento não se feixe aos desafios crescente da região do Golfo da Guiné.

41 - Do navio naufragado, 40 tripulantes foram transportados pela Sea Shepred para o território de STP. Dos tripulantes, 3 pessoas foram constituídas arguidas, sendo Luís Afonso cidadão chileno e comandante do navio naufragado condenado a 3 anos de prisão, Agostinho Rey cidadão espanhol e chefe das Máquinas a 2 anos e 9 meses de prisão e Luíz Fernandez cidadão espanhol e Adjunto chefe das Máquinas a 2 anos e 8 meses. Os arguidos teriam de pagar como multa, durante 300 dias a quantia de 90 mil dobras por dia, aproximadamente (4€/dia).

O juiz (Patrick Lopes), decidiu que a pena fosse suspensa, considerando o facto dos réus serem primários na prática de crimes nas águas territoriais de São Tomé e Príncipe. No entanto, de acordo com o juiz, a pena fica suspensa por 5 anos, caso os réus pagassem no prazo de 30 dias, a indemnização por danos ambientais na ordem de 370 mil milhões de dobras (15 milhões de euros). Fim do pagamento, os réus seriam expulsos do arquipélago.

Informação disponível em: <http://www.telanon.info/sociedade/2015/04/07/19011/navio-pirata-ligado-a-pesca-ilegal-afundou-se-na-zee-de-stp/>

42 - O Tribunal Arbitral Internacional, descreve que as autoridades de Malta, exigem o pagamento de uma indemnização na ordem de 12.21796,84 dólares em consequência das medidas desproporcionais adotadas pelo Estado São-tomense após a captura da embarcação que fazia transbordo de combustíveis nas águas nacionais. Em causa está o possível exagero na interpretação do artigo 49 da UNCLOS. O Tribunal Arbitral Internacional concluiu, por maioria, que tomadas em conjunto, outras sanções impostas por São Tomé – a prolongada detenção do comandante e do navio, as sanções monetárias e a confiscação de toda a carga, não podem ser consideradas proporcionais tendo em conta a ofensa original.

Acedido em 17-09-2016 em <http://www.telanon.info/politica/2016/09/16/22768/stp-ainda-nao-foi-condenado-pelo-tribunal-arbitral-internacional/>

4.1 ESTIMATIVA DE PETRÓLEO EM BARRIS NAS ÁGUAS DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Pelo que se tem escrito, São Tomé e Príncipe esta no epicentro de um gigantesco campo de petróleo, o que aponta para cerca de 11 bilhões de barris de petróleo sob suas águas territoriais. Há ainda informações que apontam que São Tomé e Príncipe perfila-se como um dos países do Golfo da Guiné para explorar o petróleo, com uma estimativa de reserva que varie entre 4 á 10 bilhões de barris.(GOLDWYN et MORRISON, 2005:pag 13).

Existem ainda informações que apontam que dados geológicos sugerem que as reservas poderão eventualmente atingir a fasquia tão alta quanto a de quinze bilhões de barris, embora essas descobertas não foram declaradas viáveis para a comercialização.(HUMPHREYS ET AL., JULHO 2006).

São Tomé e Príncipe é uma jovem democracia, frágil⁴³, e pode ver grandes investimentos dos EUA e eventualmente de outros países, se a exploração e produção forem bem sucedidos.

Começar-se-ia certamente a escrever a nova fase da história do país que teria então de fazer a gestão de consideráveis fluxos de receita energética, e isto aconteceria naturalmente com forte influência da Nigéria pesando nesta que seria a marcante fase da história de São Tomé e Príncipe, pelo facto de existir uma partilha de exploração conjunta com o país, mas que todavia também se equilibraria com os laços de amizade e de cooperação mais estreita existente entre Angola e São Tomé e Príncipe, que têm em comum a língua e o contexto histórico de luta pela independência.(GOLDWYN & MORRISON, 2005, Pág: 4)

O investigador, Gustavo Plácido Santos⁴⁴ comentou por exemplo que “ há disputa por influência entre Angola e Nigéria em relação ao arquipélago, sobretudo, devido a sua posição geográfica”. O investigador também salientou o facto de Angola estender a sua influência a outros três países lusófonos que estão no raio de ação nigeriana, isto é, Cabo

43 - Um exemplo é o facto de São Tomé e Príncipe, no passado recente, ter conhecido momento de instabilidade pelo facto do país ter dificuldades em suportar as despesas da instituição militar, o que terá levado a golpe de 1995. “ Existe um patamar mínimo de disciplina e de equipamento abaixo do qual as forças armadas, dedicadas á sustentação dos estados e das sociedades, se podem transformar num factor de instabilidade.”

Vd. NASCIMENTO, Augusto - ATLAS DA LUSOFONIA – Tipografia Lousanense, Lda: Instituto Geográfico do Exército, 2008

44-Comentários do Investigador a Instituto de Relações Internacionais e de Segurança(IPRIS). Acedido em 9 de Julho em <http://www.africamonitor.net/pt/seguran%C3%A7a-defesa/angola-nigeria-influencias-saotome015/#.VhJxnJ-nAhE.twitter>

Verde, Guiné Equatorial e Guiné Bissau, mencionando inclusive o facto de antagonismo entre as duas potências ter atingido o auge em 2012.

Enquanto São Tomé e Príncipe se torna território de disputa por influência mencionada pelo investigador Gustavo Santos, internamente se vêm disputando até a presente data como tornar viável o arquipélago.

4.1. CONTRIBUTO DOS PORTOS PARA A ECONOMIA

Não parece ser novidade para as autoridades do arquipélago o facto do desenvolvimento socioeconómico de qualquer país, depender em grande medida da capacidade de atrair investimentos que possam proporcionar crescimento de riqueza e solucionar questões de desemprego.

Os portos são hoje polos de desenvolvimento muito importantes para as economias dos países onde se situam. Constituem-se como áreas onde passageiros e mercadorias são rececionados e transferidos do sistema de transporte marítimo para outros meios de transporte e tenham acesso a múltiplos serviços.(LOURENÇO,A.J.P.,Pág: 108)

De acordo com a Conferência das Nações Unidas sobre o Comercio e Desenvolvimento(UNCTAD), cerca de 80% do comércio mundial em volume e mais de 70% de comércio global em valor, são transportados por mar e movimentados pelos portos em todo o mundo.

Essas ações são ainda maiores nos países em via de desenvolvimento. Sem transporte, a importação e exportação de mercadorias na escala apropriada, não seria possível sustentar o mundo moderno.

“ Resources, transportations and trade, and the sea as a means for exchanging information to further human development represent matters that can not be ignored ”

(VREY: pág. 18)

O porto constitui, fator determinante na economia geral do sistema de transportes, e ponto de convergência preferencial das ligações comerciais com o exterior. Reflete a importância que o sector de transporte assume na economia nacional. Constitui importante unidade económica vocacionada para a exportação de serviços.

Assim, eventual construção de um porto em águas profundas, e tendo em conta que um porto é um centro de intermodalidade por excelência, e mede-se por eficácia, rapidez, número de movimentação de cargas, saídas e entradas constantes de navios, o novo porto

teria(terá) condições para prestar todo tipo de serviços, e deverá apostar de forma a se tornar um referencial numa região onde os portos desde Abidjan na Nigéria até Kribi em Camarões estão melhorando as suas capacidades operacionais.

Por enquanto, ainda são poucos os operadores marítimos na região, o que lhes permite praticar preços combinados de transporte marítimo que por sua vez reflete em pesadas faturas no transporte de cargas para a região. A existência de pequeno número de operadores de transportes marítimos em África impede o desenvolvimento de sinergias e dificulta a possibilidade de concorrência.(African Bank, 2010,pág:37)

Há necessidade do atual ou futuro porto a ser construído em S.T.P, conseguir através de investimentos, quer no pessoal como nos equipamentos, valorizar-se face a localização geográfica e aproveitar eventualmente oportunidades do incremento do comércio mundial, para participar como solução de cariz multimodal e marítimo na região. Trata-se de aposta em serviços inadiáveis para o desenvolvimento de qualquer país costeiro.

4.2. O PORTO E A FALSA NOÇÃO DE SEGURANÇA

O atual e/ou futuro porto, em matéria de competitividade, terá de atribuir atenção redobrada a questões de furto/roubo, como uma das ameaças comuns em todos os portos do mundo. Tratando-se de um país de reduzido recurso financeiro, necessário se torna ter em atenção que, citando Victor Cajarabille(2014), a falsa noção de poupar com a segurança, permite que este crime alastre pondo em causa a própria existência do porto, levando os operadores de transporte marítimo a escolher outros portos alternativos, e isto é uma das maiores ameaças á sobrevivência económica de um porto.

Por exemplo, a pirataria comercial é essencialmente os que cobrem as áreas portuárias. Isto é, pirataria no porto é dirigido por gangues de atacantes a embarcação de carga que se encontra atracado. Há exemplos de alguns principais portos envolvidos neste tipo de pirataria, a destaca-los estão: do outro lado de Atlântico o Porto de Santos no Brasil, e mais próximos geograficamente de São Tomé e Príncipe, o porto de Duala nos Camarões e porto de Luanda em Angola.(ABBOT,J. & RENWICK.,1999.pág:11)

Entretanto, como noutros projetos⁴⁵ outrora anunciados no arquipélago, que conduzissem eventualmente a implementação de políticas estruturantes e possibilitasse o

45 - O projeto de Zona Franca também foi em tempos aventada no arquipélago. o seu alicerce fundamental baseava na posição geoestratégica do país no quadro da sua inserção regional. Informações disponível em <http://www.azf.gov.st/>. Acedido em 17 de Maio de 2015

desenvolvimento do país, este projeto de porto em águas profundas também parece juntar-se a expectativa da população.

O ano de 2008 ficou marcado para registo histórico, o acordo de assinatura entre o Estado são-tomense e empresa Terminal Link, - CMA CGM aquilo que consideravam vir a ser o mais moderno projeto de porto de toda costa ocidental africana, orçada no valor de 500 milhões de dólares. Não tardou muito tempo, o projeto idêntico foi anunciado no vizinho Camarões, e a obra de construção teve início em 2010, mas concretamente nas águas profundas na zona balnear de Kribi⁴⁶.

Há necessidade de salientar o facto da empresa com a qual o país assinou acordo para construir o porto em águas profundas, ser sócia da empresa chinesa na gestão do porto de Kribri. Ressalve-se ainda o facto da empresa CMA CGM⁴⁷ ter conseguido outro importante negócio de construção de porto em águas profundas em Kingston na Jamaica. (TELANON, 2015).

Assim, o constante ênfase a “posição estratégica privilegiada do arquipélago ” pode parecer não ser suficiente para atração de investimentos, se não conjugada com a perspicácia, motivação e desejo de real mudança de paradigma que proporcione desenvolvimento. Já completou 41 anos de independência, e ainda se buscam caminhos, que proporcionem soluções que sustentem a viabilidade do arquipélago como país.

Tudo indica existir, a necessidade premente e categórico de acrescentar a posição estratégica do arquipélago, cada vez mais ingredientes que o destaquem a nível qualificativo, este é um aspeto que as autoridades do arquipélago têm de se empenhar , e

A energia é um importante elemento no processo de modernização das sociedades. Em 2013, era anunciada a construção de uma barragem no rio Yô Grande por uma empresa brasileira. O empreendimento estava orçado em 46 milhões de euros e a conclusão da construção estava prevista para 2016.

46 - Há no Chade, campos de petróleo que estão ligados aos Camarões por um longo gasoduto Doba-Kribi, com extensão de 1.076 km de comprimento. Talvez se possa considerar ser esta a razão preferencial de construção de porto na zona balnear de Kribi. Consultar mais informações em: <http://www.cameroon-info.net/article/le-pipeline-doba-kribi-en-chiffres-48354.html>. Acedido em 22-09-2016

47 - É o terceiro maior transportador de contentores do mundo, com 18.000 funcionários em todo o mundo, e com presença em 150 países. Foi fundada em 1867, e 1996 Jacques Saadé adquiriu a CGM(Compagnie Générale Maritime) . Em 1998 A empresa opera uma frota de 430 embarcações, com capacidade de 1.580 milhões de TEU, e os navios escalam mais de 400 portos espalhados pelo mundo.

Em 2008, a CMA CGM apostou nos navios de grande dimensão como resposta á estratégia de crescimento da Maesk, recebendo um navio de 11.000 TEU. Em 2009, incorpora a perspectiva ambiental aliada ao aumento da dimensão, recebendo um navio de 13.300 TEU que apresentava, a data, os mais avançados sistemas ambientais. Todavia, apesar de visionário, Jacques Saadé não conseguiu prever a intensidade da crise que abalou o “ shipping” a partir de Outubro de 2008. A estratégia de crescimento, através de fusões/ aquisições, implicou um elevado sobre-endividamento da CMA CGM. Em 2009, a CMA reportou perdas operacionais no valor de 1.425 mil milhões de dólares. Perante a falta de liquidez para solver os seus compromissos, solicitou uma linha de crédito ao Governo de França, bem como a renegociação da dívida com seus credores. Estes impuseram uma condição – a sua demissão de CEO da CMA CGM. Esta veio a acontecer em Dezembro de 2009.

Vd. GONÇALVES,C. Fernando - O Mercado do Transporte Marítimo de Carga Contentorizada- 1ª Edição. Chiado Editora: Camila Figueiredo, 2015

acautelar para que esses ingredientes não funcionem como que de uma sequência pendular se tratasse. Por outras palavras, polir estabilidade politico-governativa e atribuí-la consistência.

Em boa verdade, é fundamental que haja confiança, sobretudo na atuação das autoridades do arquipélago, traduzido cada vez mais numa real demonstração de interesse no progresso tão desejado e aguardado pela população.

Segundo o Índice Mo Ibrahim⁴⁸(2015) progressos⁴⁹ têm sido feitos no arquipélago, evidenciando sobretudo melhorias nas áreas como: a Segurança e Estado de Direito, Participação e Direitos Humanos, Desenvolvimento Humano, e o último com menor pontuação a Oportunidade de Economia Sustentável.

É precisamente este último item que tem exercido e continuará exercendo maior pressão, e a necessidade de encontrar uma saída por parte das autoridades do arquipélago. Tomemos por exemplo, o facto de cerca de 41,7% dos são-tomenses terem até 14 anos, o grupo etário até 24 anos englobar 61% da população, cerca de 33% dos habitantes terem idades compreendidas entre 24 e 54 anos e apenas 7% terem 55 ou mais anos de idade. (POTENCIAL, O.E.,2014, pág: 6)

Seja como for, São Tomé e Príncipe tem mostrado alguma melhoria na governação nos últimos 5 anos, e o país foi classificado em primeiro lugar na governação na África Central pelo índice Mo Ibrahim.

Em 2012, num relatório internacional de Doing Business da International Finance Corporation, do Banco Mundial, apontava que São Tomé e Príncipe tinha feito progressos mais significativos a nível de África subsariana, chegando mesmo a passar Cabo Verde e Ruanda.(ANCO, B.A & UNDIAL, M.U.,2012).

Tem havido progressos nas áreas diversas no arquipélago, esses progressos vêm ganhando reconhecimento de alguns parceiros.

Por exemplo, em 2014, em alusão a data de independência do arquipélago, o Secretário de Estado dos Estados Unidos de América, John Kerry enalteceu o compromisso de São Tomé e Príncipe para com os valores democráticos e liberdades fundamentais.

48 - Fundação criada por um empresário sudanês para promover uma melhor governação em África e também avalia a qualidade de governação de cada país. Disponível em: http://static.moibrahimfoundation.org/u/2015/10/02201437/40_Sao_Tome_Principe.pdf . Acedido em 2015.

49 - O secretário - executivo da Comissão Económica das Nações Unidas para África, Carlos Lopes, elogiou São Tomé e Príncipe pelos indicadores de desenvolvimento humano, todavia, salientou que a excessiva politização dos desacordos prejudica o desenvolvimento do país.

O arquipélago também foi considerado pelos EUA como defensor de questões relacionadas com meio ambiente e a segurança. Em nome do presidente Barack Obama, o secretário de Estado também disse que a administração norte americana tem a sorte de ter um parceiro tão valioso no Golfo da Guiné.

Não é difícil concluir que os elogios em forma de incentivo evidenciam o facto do arquipélago poder contribuir cada vez mais no fortalecimento da democracia na região, capaz de ecoar eventualmente em muitos países africanos. Não parece haver dúvidas de quanto mais fortalecida for a democracia no arquipélago, mais proximidade em áreas diversas passará a existir entre o país e os EUA, alias, em matéria de comércio por exemplo, o arquipélago conta com dois privilegiados mercados que são justamente Estados Unidos e a União Europeia.

5. USA/CHINA, OPOSTAS VISÕES DE COOPERAÇÃO COM PAÍSES AFRICANOS

Abordando a questão de segurança na região do Golfo da Guiné, o ano de 1985 terá marcado a data do início de programa de segurança para países costeiros africanos, através da política de Gabinete do Secretário de Defesa e Divisão de Assunto para Segurança Internacional dos EUA. Embora o programa forneceu equipamentos necessários, treinamento, e assessoria técnica, autoridades americanas reconheceram que aquele programa foi inadequadamente financiado com apenas 3 milhões de dólares por ano.(PATRICK PATERSON,2007:pág:31)

O programa acabou por ser interrompido em 1995, sendo que atualmente o programa em uso chama-se Consciência de Domínio Marítimo(MDA), uma peça central da estratégia da Marinha dos Estados Unidos no Golfo da Guiné⁵⁰.

Desde dos anos de 1950 que surgiram os primeiros investimentos no Golfo da Guiné, fazendo posteriormente com que o continente consolida-se progressivamente a sua participação no mercado internacional.

É, todavia, como descreve Frédéric Monié(2012), “a partir do ano de 2000 que a região do Golfo da Guiné destacou-se a nível do posicionamento mais estratégico, num contexto caracterizado por valorização do petróleo de excelente qualidade na região e pelas

50 - Ibidem

políticas de diversificação das fontes de abastecimento por parte dos países consumidores.”

Um exemplo disso, foi quando a administração do presidente Bush declarou que os acessos a fontes de petróleo da África passaria doravante a ser de interesse estratégico nacional dos Estados Unidos, e que estes estavam envolvidos numa guerra global contra o terrorismo após o ataque a World Trade Center em Setembro de 2001”.(DANIEL VOLMAN,2007)

Na verdade, somando ao contexto do terrorismo, além do petróleo, esta o fortalecimento da presença da China no continente como uma das principais preocupações dos Estados Unidos. Afinal, antes da China, estava os Estados Unidos como o principal parceiro comercial do continente.

Tirando partido da hostilidade de muitos líderes africanos face ao que interpretaram como « concepções hegemônicas » de direitos humanos por parte das potências ocidentais, a China voltou a intensificar o seu programa de cooperação e ajuda aos países africanos, sob a reconhecida retórica do « respeito mutuo », da «preocupação pela diversidade», do «desígnio comum» e da « não-ingerência nos assuntos internos», procurando assim retirar benefícios da recorrente percepção de neocolonialismo por parte de diversos países africanos em relação às antigas potências coloniais europeias.”(RUI PEREIRA,2008,pág:22)

A África que foi colonizada, foi uma África dividida, essencialmente partilhada por quatro potências coloniais: A França, Inglaterra, Bélgica e Portugal.

O reforço de cada vez mais presença chinesa no continente africano não tem passado despercebido junto das potências ocidentais também com interesses no continente, como é o caso dos Estados Unidos de América, que importam de África cerca de 15% das suas necessidades energéticas, com perspectivas para que este valor possa evoluir e atingir 25% nos próximos anos.

Em alguns meios e sectores norte-americanos, a expansão da influência chinesa no continente africano parece estar a ser encarada como « *jogo de soma nulo* »Ou seja, argumenta-se que a China, a não apresentar critérios de condicionalidade para o desenvolvimento da cooperação bilateral com países africanos, poderá por em causa os esforços das potências ocidentais de condicionar a cooperação económica e a ajuda ao

desenvolvimento a avanços substantivos desses países em áreas críticas como as reformas económicas, direitos humanos, transparência ou boa governação⁵¹.

O desenvolvimento dos países africanos que assente apenas e essencialmente nas retóricas acima descritas não parece projetar uma visão mais acertada para o desenvolvimento. É reconhecível o contributo que a China tem dado para muitos países africanos(com benefícios mútuo), na construção de infraestruturas diversas como um dos importantes pilares para o desenvolvimento. Todavia, não parece ser suficiente.

Essa ressalva não implica o pesar da balança para apenas uma das visões, quer ela seja a dos Estados Unidos ou da China, mais sim, a combinação de ambos que permita o equilíbrio sustentável dos países no continente africano.

Questões de política e de governação nos países africanos desempenham um papel fundamental, sobretudo, para o crescimento.

Por exemplo, informações apontam que impactos de políticas improdutivas têm mostrado serem responsáveis por, entre um quarto e metade de diferença em crescimento previsto entre países africanos em desenvolvimento e outros países em desenvolvimento⁵². No entanto, a evidência sugere também que a importância da política para explicar o diferencial de crescimento entre os países africanos e outros podem ter diminuído desde dos anos de 1990, com resultado das grandes reformas implementadas na região que mudou o desempenho das políticas nos países africanos para mais perto da média global. (NDULU, B.et al.,2007,pág:13)

Estados Unidos e a União Europeia, contrariamente a China, partilham a mesma visão do tipo de desenvolvimento que devem seguir os países africanos. A EU defende por exemplo que *« boa governação a nível político, económico e social e ambiental é essencial para assegurar um desenvolvimento sustentável e inclusivo. O apoio da EU á governação deve passar a ocupar um lugar mais importante em todas as parcerias, que devem nomeadamente incentivar a realização de reformas orientadas para os resultados e insistir em compromissos por parte dos países parceiros em matéria de direitos*

51 - Idem

52 - Vide NDULU, J.Benno « Challenges of African Growth: OPPORTUNITIES, CONSTRAINTS AND STRATEGIC DIRECTIONS » - 2007

*humanos, democracia e Estado de direito, bem como de resposta às aspirações e as necessidades das suas populações*⁵³.»

Fora das opostas visões da China e EUA para a África, existe uma grande interdependência entre a economia chinesa e americana que se enquadram como fator de compensação, sobretudo devido aos receios dos EUA em relação ao poderio da China.

A diplomata norte americana, Susan Elizabeth Rice, abordando numa conferência a relação entre os Estados Unidos e a China comentou o seguinte: « (...) We want the chinese people to succeed. When China and the United States work together, the world is more secure and more prosperous, that's truth. This isn't *a zero sum game*⁵⁴. » Com este comentário, a diplomata queria provavelmente incentivar o governo chinês para que adote uma postura mais concertada com os Estados Unidos.

Quanto a relação EUA-África, se esta em jogo a coordenação de uma política de desenvolvimento para a África baseado principalmente em questões de segurança, como parte estratégica dos Estados Unidos de América para com os países africanos, então ele é visto por muitos observadores locais como essencialmente secundário e subordinado ao objectivo principal. (Ros-lehtinen,I.et al.,2007,pág:19).

Há dez anos, indicações apontavam para presença de mais de 800 empresas chinesas operando em 49 países africanos, e nesta altura esperava-se que o comércio entre a China e África ultrapassasse 50 bilhões de dólares. Por outro lado, investimentos americanos em África nessa altura não aumentaram da mesma forma exponencial ao longo da última década. De acordo com o Departamento de Comércio dos EUA, investimentos diretos dos Estados Unidos para África Subsariana em 2004 era de 13,5 bilhões de dólares, mais de 23,4 % do que no ano anterior, e os países produtores de petróleo(Guiné Equatorial, Gabão, Angola, Chade e Nigéria) foram os principais destinatários.(FRAYNAS, J.G & PAULO,M.,2007.pág: 231)

A região do Golfo da Guiné afigura-se assim como uma região de extrema importância dado aos recursos que possui, mas também pelos desafios patentes na região, de onde

53 - COMISSÃO EUROPEIA – COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES » Consultado em Maio de 2016 . Disponível em : http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009_2014/documents/acp/dv/communication_/communication_pt.pdf

54 - Consultado em Setembro de 2016. Disponível em : <https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2015/09/21/national-security-advisor-susan-e-rices-prepared-remarks-us-china>. Encontra-se também disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=47qc-hERLlQ>. Acedido em 22-09-2016

sobressaem a pirataria, crime organizado, poluição, roubo marítimo, terrorismo, aumento de ameaças e riscos decorrentes de problemas de corrupção a nível governamental, conflitos étnicos/ religiosos, pobreza, ameaças frequentes à segurança do abastecimento de recursos energéticos, passado histórico de golpes⁵⁵ de Estados ou tentativas de golpes nos países da região, e de qual se juntam, disputas fronteiriças nem todas definitivamente resolvidas por alguns Estados no continente africano.(VALLE,V.,2004. Pag: 52)

Apesar disso, a África é um futuro real. Ao longo da última década, a África deu grandes notas de adoção de reformas político económicas que começam a produzir frutos. Essas perspectivas de sucesso futuro são, porém, vulneráveis a numerosos fatores que escapam ao controlo do continente africano, mas podem ser corrigidas por meio de um esforço de mobilização coletiva e de uma nova parceria internacional para desenvolvimento.(HUMANO,P.,2014,pág:11)

Quanto aos EUA/China, se as relações económicas dos Estados Unidos com a China tiverem que sofrer graves perturbações, então hostilidades latentes poderão do imediato surgir a superfície. Como vem sido frequentemente observado, a atual estrutura das relações económicas entre a China e Estados Unidos cria uma espécie de “ Impasse mexicano,” em que nenhum dos lados pode prejudicar seriamente o outro sem causar danos terríveis a si mesmo.(ANATOL LIEVEN,2008, pág:403)

Se a China provocar seriamente os Estados Unidos, então o protecionismo norte americano irá esmagar a economia de exportação chinesa. Por outro lado, se os Estados Unidos provocar seriamente a China, então a China deixará de suportar o dólar e o boom de consumo dos EUA, levando a economia interna dos EUA para baixo em ruínas.⁵⁶

55 - Há uma reflexão relacionando os países onde formaram os quadros militares com a ideologia política reinante na altura, e as razões de golpes e conspirações. “ (...) No extremo da escala, oficiais continuam a ser formados nas escolas militares das antigas potências colonialistas: em França, Coetquidan e Fréjus; em Inglaterra, Sandhurst. Nalguns casos, recorreu-se a Israel – para formação das unidades para-quedistas do Congo –Kinshasa, por exemplo. Foram por vezes utilizados instrutores americanos, por exemplo, no próprio Mali; finalmente, os países Guiné, Mali e Ghana, enviaram algumas centenas de alunos-oficiais para países socialistas. Esta formação no estrangeiro não pode deixar de ter consequências no comportamento do exército, no sentido inerente a este termo no vocabulário político – a casta profissional que o enquadra e comanda. Em geral, os quadros militares formados nos países socialistas mantiveram-se afastados das conspirações e golpes de Estado.”

“ Nkruma assinala o facto de nenhum deles ter participação no golpe de Estado de Ghana. Mas os outros, os que saem das escolas militares dos países capitalistas, continuam a ser a maioria e, diga-se passagem, como têm de utilizar um material – armas e munições – inteiramente fornecido por esses mesmos países(salvo na Guiné, no Mali e no Congo – Brazzaville), os laços com esses países mantêm-se em todos os planos. Viveram numa Europa em que a França gaullista e a Espanha franquista lhes puseram em frente dos olhos temíveis exemplos do poder do exército e dos seus chefes.”

Vd. BENOT, Yves - Ideologias das Independências Africanas. 1ª Edição. Librairie François Maspero, Paris: Sá da Costa Editora,1981.

O que esta para todos efeitos patente, é que esta equação não é estável, e qualquer que seja a mudança na China ao longo do tempo o resultado pode ser desfavorável para os Estados Unidos.

5.1. DEFINIÇÃO DO GOLFO DA GUINÉ.

Falar da região do Golfo da Guiné, é falar de um vasto território localizado no Oceano Atlântico, e de cuja definição em termos geográficos, e até mesmo de números de países é de todo discutível. Por exemplo, Luís Bernardino(2013, pag: 544), fazendo referência a região, enquadra-a como: “ (...), uma vez que se encontra na região onde se cruza o Equador (0⁰ de latitude) e o Meridiano de Greenwich (0⁰ de longitude), é uma área muito vasta que engloba 24 países⁵⁷

Por outro lado, para Freedom Onuoha⁵⁸ (2012), “ Não existe uma definição geográfica universalmente aceite sobre o GG. A região é definida aqui como parte de Oceano Atlântico no sudeste de África. Quase demasiado obtusa para ser um golfo, a região abrange mais de uma dúzia de países da parte Ocidental e Central de África.”

“ Um golfo é uma grande e acentuada reentrância marinha na costa com uma abertura bastante grande[...]. Nestes termos, o Glossário Geológico defini o Golfo da Guiné como uma grande reentrância na costa ocidental de África, na parte sul do Oceano Atlântico, naquilo que europeus denominaram: Baixa Guiné⁵⁹”
(Citado por Manuel Barros,2014,pág:2)

Divergências ou não do ponto de vista de número de países que fazem parte do Golfo da Guiné, se são 9,11, 19 ou 24, ou até mesmo uma clara definição da área que compõe o Golfo da Guiné, a verdade é que a região é considerada como uma das mais ricas em recursos energéticos.

57 - Na lista de países que aponta, maior parte tem acesso ao mar, exceto República Centro Africana, e não inclui Cabo Verde, contabiliza ao todo 19 países.

58 - Bolseiro de Investigação no Centro de Estudos de Investigação e Estudos Estratégicos de Defesa na Faculdade de Abuja Nigéria

59- Vd. VERÍSSIMO, Gilberto « Elementos de Geopolítica e Geoestratégica », Lisboa. Ler devagar a pág: 150

5.1.2. POTENCIAL ESTRATÉGICO E ENERGÉTICO DO GOLFO DA GUINÉ

A literatura garante como confirmada a existência de 50.4 bilhões de barris de reservas, e que a produção ronda 5.4 milhões de barris de petróleo⁶⁰ por dia, sendo que este petróleo detém a qualidade de ser de baixo teor de enxofre e a proximidade com a Europa e os Estados Unidos aumentam ainda mais a sua importância estratégica no fornecimento de recursos energéticos a nível global.(ZUCATTO, G.E.,2014,pág:536)

A produção de petróleo na região do Golfo da Guiné, é reforçada por ser de importância universal e também por dispor de um corredor alternativo, pelo facto de possuir excelentes particularidades que vão da qualidade, localização, maior parte das reservas serem offshore, menos vulneráveis a crises, conflitos e serem fácil de transportar para os mercados internacionais, e ainda por estarem em pleno mar, e também pelo facto das jazidas de exploração estarem abertas ao investimento estrangeiro, ao contrário de outras regiões produtoras no mundo.(Citado por Luís Bernardino,2013,pág:543)

5.1.3. GOLFO PÉRSICO/ GOLFO DA GUINÉ

No Golfo Pérsico, Chuks Iheme(2008, pág: 4) salienta que a fronteira abrange 23 Estados litorais, é um ponto estratégico entre a terra e três continentes, sendo uma situação que apresenta muitos desafios e atributos de segurança comparativamente a Golfo da Guiné. Do ponto de vista estratégico, o Golfo Pérsico é importante por causa da abundância de reservas de petróleo e linhas de comunicação marítima. Durante anos que a região tem servido como arena de concentração internacional de rivalidade. O envolvimento de poderes externos na região surge de motivações que vão desde o comércio e rivalidade política até segurança imperial.

Rivalidade política emerge da necessidade de poderes extra – regionais desejarem dominar o Golfo, e garantirem ostensivamente o acesso fácil ao petróleo. Por exemplo, a presença cada vez mais visível dos EUA, seguidos de outros países como a China, Brasil, Índia e EU no Golfo da Guiné, reflete o interesse que têm na região ou pela região. A União Europeia é um ator global e parceiro crítico dos Estados Unidos. Em 2010, os Estados Unidos apoiaram fortemente o Tratado de Lisboa porque desejavam, e

60 - Até hoje, as principais fontes de petróleo estão situadas nos países como Estados Unidos, Rússia, e em regiões chamadas “ exóticas,” lugares distantes ou politicamente instáveis (Médio Oriente, Venezuela, Brasil, África, etc). A Venezuela é detentora de maior reserva de petróleo do mundo, passando a Arábia Saudita e Irão. http://www.opec.org/opec_web/en/data_graphs/330.htm

continuarão certamente desejando que a UE, no âmbito da agenda transatlântica, desempenhe um papel de maior importância para questões económicas, mas sobretudo para questões de segurança, promoção de paz e estabilidade e resposta a desafios globais e além.(MIKE Smith,pág:230)

Assim, a pirataria constitui um desafio a escala global e certamente se enquadra na agenda política e estratégica de defesa quer da UE como dos EUA.

Segundo especialistas, o potencial do Golfo da Guiné levou o Centro de Inteligência norte americana pretendiam aumentar a importação de petróleo da região dos 16% para 25 por cento até 2015. Isto corresponderia a percentagem mais elevada do que as importações norte-americanas do Médio Oriente.(IHEME, C.O., 2008,pág: 4-5)

Não é por acaso que os presidentes Bush e Obama e inúmeras autoridades civis e militares não só multiplicaram visitas ao continente africano como também criaram programas⁶¹ que promovam maior proximidade entre África e EUA, assinando contratos bilaterais e multilaterais com os governos das regiões.

Como contrapartida ao estreitamento das relações comerciais, a *African Oil Policy Initiative Group* aposta no maior esforço de transparência por parte dos parceiros na declaração das receitas recomendadas do petróleo, a ampliação das facilidades aduaneiras, e sugere o cancelamento progressivo da dívida dos países africanos.

Todavia, é a questão geoestratégica que impulsionou a política de Washington relativamente a recursos energéticos na região. (SÉBILLLE-LOPEZ, 2003, pág: 141)

5.1.4. POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO DE S.T.P NO GOLFO DA GUINÉ

A região tem a maior taxa de descoberta de novas reservas de hidrocarboneto do mundo. Por exemplo, o coeficiente de descoberta de petróleo nos Estados Unidos é normalmente de 10 por cento contrariamente a África Ocidental que o coeficiente de descoberta tem sido de 60 por cento.(citado por Freedom Onuoha, Junho,2012)

É nessa região (Golfo da Guiné) que São Tomé e Príncipe, com uma qualidade geograficamente excecional, com ausência de clivagens étnicas, religiosas ou linguística, onde o país dispõe de uma Zona Económica Exclusiva que estende como território fronteiriço de comunicação com os demais países da região.

61 - Exemplo de um programa, é o que se pode consultar em: <https://vali.state.gov/washington-fellowship/apply/>

Para além da posição geográfica, o país é uma democracia, com suas características, virtudes e defeitos.⁶²

O arquipélago, com a sua posição geográfica, tem do ponto de vista militar, como menciona Luís Bernardino (2013, pag 542), “atributos geográficos ímpares que lhe permitem tornar-se num “ porta aviões” fixo em pleno Golfo da Guiné, controlando uma vasta área marítima, onde estão presentes plataformas petrolíferas norte-americanas, especialmente da Chevron Texano e a Exxon Mobil, representando grande parte do investimento Americano nesta região”. É sobretudo nesta região onde maior parte das descobertas de crude têm sido feitas nas profundezas do mar.

O mar representa, funcionalidades essenciais que têm evoluído em função dos interesses que suscita aos estados e as organizações internacionais. Há muito são considerados como de importância vital para o desenvolvimento dos países que dele tem acesso nas diversas regiões e do mundo.(António Lourenço, pág:102)

O seu controle foi e é fundamental para aqueles que pretendem somente manter livres as rotas que permitem o acesso aos seus portos, como para a proteção das suas águas territoriais e das suas zonas económicas exclusivas.

Por outro lado é também importante para aquelas potências que, de acordo com as teorias de Alfred T. Mahan⁶³, consideram que o comando dos mares lhes pertence e que sem ele os seus interesses não estão a ser definidos, por muito longe que estejam colocados, mesmo nas costas doutros a milhares de quilómetros das suas próprias costas. Se não, como se explica, por exemplo, a existência de um AFRICOM ?(BARROS, 2014:pág 1)

Baseados na política de esforços para promover a democracia para a região do Golfo da Guiné, os EUA têm a montante as orientações das suas políticas externas que apontaram

62 - Segundo uma pesquisa da Fundação Bertelsmann (uma fundação sem fins lucrativos), metade das 129 democracias avaliadas num relatório foi classificada como defeituosa, e nisto, por causa do peso da influência da religião nas instituições políticas e nos sistemas legais. Esse peso da influência de religião nas instituições políticas, admitir-se á que não ocorre em São Tomé e Príncipe.

Ainda de acordo com o relatório da Fundação, desenganam-se os que pensam que são apenas os países árabes ou de maioria muçulmana aqueles onde a religião influência a política. Ao todo são 42 os estados em que o dogma religioso incide sobre os sistemas políticos e, em países como Iraque, Líbia ou Turquia, o sistema legal e político tem hoje mais influência da religião do que em 2014. Embora o nº de poderes absolutos tenha reduzido de 57 para 55, ainda assim, a qualidade da democracia foi classificada como defeituosa. Consultar em: http://www.bfna.org/media_advisory/global-index-sees-tough-times-for-democratic-change. Acedido em 2015.

63 - Foi um ilustre oficial da Marinha dos Estados Unidos, que se destacou como estrategista e professor cujo os estudos sobre a centralidade do mar na grandeza dos países, realizados a partir dos finais do Século XIX, influenciaram gerações sucessivas de políticos e oficiais em todo o mundo e desencadearam o forte investimento na edificação das capacidades navais, que se verificou na década precedente á I Guerra Mundial.

a região do Golfo da Guiné como de vital importância, pelo que a necessidade de garantia dos seus interesses impunha a garantia de segurança, bem como de estabilidade na região.

Os EUA não vinham evidenciando interesses especiais na região, mas no âmbito de uma estratégia global, que consta sempre na política externa norte americana, passaram a manifesta-lo nesta região, especialmente através do culto de boas relações com os países da região. Assim, a marinha dos Estados Unidos instalou em 2008 um sofisticado sistema de radares de vigilância no espaço marítimo são-tomense, visando a localização, identificação e obtenção de informações dos navios que circulam no espaço marítimo exclusivo de São Tomé e Príncipe, sendo que o investimento custou 18 milhões de dólares e o sistema de radares de vigilância tem um alcance que abrange a África Central, com especial incidência sobre o Golfo da Guiné.

São Tomé e Príncipe foi, antes mesmo da Nigéria, o primeiro país africano a ter o programa instalado, e integrado no sistema de informação de segurança marítima, um banco de dados global para rastrear navios de todo o mundo⁶⁴

“ The most recent phenomenon is that the United States now is paying more attention to problems surrounding Africa. And we believe that the proactive investment is always cheaper than reactive investment ”

(Citado por J. Paterson, 2007)

O arquipélago vem-se beneficiando de ofertas de botes e formação técnica para segurança/controlo nas suas águas através de parceiros “ amigos⁶⁵” como EUA, Portugal (com a formação de quadros para marinha), e mais recentemente, o Brasil com formação de fuzileiros e oferta de botes. O espaço marítimo do arquipélago, que vinha sendo difícil monitorizar, hoje não padece mais dessa dificuldade, uma vez que se consegue agora ter o controlo da ZEE e do Mar Territorial.

64- Informação disponível em: <http://www.africom.mil/NewsByCategory/article/6096/new-radar-system-improves-sea-safety-for-sao-tome->. Acedido em 9 de Outubro 2015

65 - Por exemplo, em consonância com os objetivos específicos delineados da Marinha portuguesa, os assessores residentes desenvolveram uma intensa atividade no âmbito de formação local, visando apoiar a constituição, consolidação e autodeterminação das forças armadas. O esforço na componente do ensino e da formação, dimensão importante dos projetos executados. Marinha Portuguesa, apoiou a Guarda Costeira no serviço de Navegação e assinalamento Marítimo.

Vd. CAJARABILLE, L.Victor - A segurança nos Portos. Mare Liberum : Editora, para a FEDRAVE, 2014

5.1.5. MAR TERRITORIAL E A ZONA ECONÓMICA EXCLUSIVA

Num determinado momento,(na década de 50), começou-se a consolidação que determinou conceitos de zona contígua, mar territorial, e naturalmente diferentes perspectiva da natureza e dos seus recursos.

Mar territorial, é segundo a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, zona de mar adjacente ao território e além das águas interiores e, no caso de Estado arquipélago, das águas arquipelágicas, sobre as quais se estende a soberania do Estado.

costeiro. O seu limite é fixado até 12 milhas a partir da linha do baixa-mar ao longo da costa. No mar territorial, o Estado costeiro exerce soberania ou controle pleno sobre a massa líquida e o espaço aéreo sobrejacente, bem como sobre o leito e o subsolo deste mar.(CNUDM.,1982 arts.2 e 3)

É neste sentido, apesar do primordial interesse dos EUA na região, que São Tomé e Príncipe oferece melhores condições a nível da localização bem como no plano político, para a instalação do sofisticado sistema de radar, e que por sua vez, as autoridades do arquipélago passam a beneficiar, na medida em que evita o gasto desnecessário de combustível para patrulha, sendo que a missão da Guarda Costeira ganha mais objetividade com o conhecimento prévio daquilo que eventualmente possa constituir ameaça na Zona Económica Exclusiva do país.

Ainda assim, a segurança proporcionada pela Guarda Costeira pode parecer reduzir-se mais ao simbolismo quando eventualmente a necessidade de controlo presencial exigir, e a falta de manutenção que deveria ser frequente e profissional dos botes, bem como o abastecimento dos botes com combustível para a deslocação a Zona Económica Exclusiva se manifestarem no instante como obstáculo a realização de operações.

A Zona Económica Exclusiva(ZEE), é uma zona situada para além do mar territorial e a este adjacente...(CNUDM, art.57). A convenção garante ao Estado costeiro, direitos de soberania para fins de exploração e aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais, vivos ou não vivos das águas sobrejacentes ao leito do mar, do leito do mar e seu subsolo(CNUDM, art 56, par. 1, alínea a). Esta em causa o assegurar para benefícios próprio dos Estados costeiros, o uso dos recursos e acentuar o caracter de exclusividade quase total.

Com o objetivo de promover a ótima utilização dos recursos vivos da ZEE, o Estado costeiro fixará as capturas permissíveis desses recursos. Caso o Estado costeiro não tenha

capacidade para efetuar a totalidade da captura permissível, deve dar a outros Estados acesso ao excedente dessa captura, mediante acordos e outros ajustes entre as partes.(CNUDM, art.62, par.2).

São Tomé e Príncipe por exemplo, vende licenças para a pesca industrial a entidades sedeadas nos países da União Europeia⁶⁶ e para Japão. Um acordo que foi celebrado com a União Europeia, em 1999, rendeu 2,2 milhões de euro/ano e permitiu capturas anuais de 8,5 mil toneladas de pescado, sobretudo de atum. O acordo foi renovado, sucessivamente, por período de 3 anos. (POTENCIAL,O.E.,2014, Pág:11)

O que não falta, são interesses de países em estabelecer ou retomar acordos outrora estabelecidos de cooperação na área das pescas. Têm esses acordos realmente beneficiado os são-tomenses?

Como mero exemplo, análises das relações entre a EU com Guiné Bissau mostraram que, em conjunto com a manipulação do tamanho da frota de pesca utilizado pelos países da UE nas águas deste país, havia irregularidades⁶⁷ significativas resultantes dos acessórios de capturas excessivas, pagamentos de taxas menor de licença de atum e negação de informação estatística a tempo para o Estado costeiro. (KACZYNSKI, V. M. & FLUHARTY, D.L.,2002)

Estados costeiros têm como potencial para o reforço das suas economias, o mar, e estes devem realizar abordagem mais coordenada para lidar com as pressões externas sobre os

66 - O primeiro acordo de pesca concluído entre a EU e São Tomé e Príncipe data de 2007. No entanto, São Tomé e Príncipe tem acordos de pesca desde 1984. Consultar em: http://www.eeas.europa.eu/sao_tome_and_principe/index_en.htm. Acedido em 4 de Julho de 2015

O protocolo atualmente em vigor abrange o período de 23 de Maio de 2014 a 22 de Maio de 2018, prevendo uma contribuição financeira anual de 710.500 euros nos primeiros anos é de 675000 euros no quarto ano, dos quais uma contribuição específica de 325.000 euros para o apoio á política da pesca de São Tomé e Príncipe.

Cf. Também: SOUSA. M.W, Admaier – Cooperação entre União Europeia e São Tomé e Príncipe. Que Perspetivas Futuras?. Consultado em 7 de Abril 2016. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/30627/1/Admaier%20Will%20Martins%20de%20Sousa.pdf>

67 - Para proteger interesses comerciais das frotas da EU, todas as informações relacionadas com a execução do acordo(volume real ou composição das capturas e outras informações vitais) não são relatados aos países costeiros apesar da obrigação contratual nos Tratados para o fazer, nem são dados tornados públicos na Europa. Informações sobre as operações de atum nas águas costeiras dos países ocidentais africanos não são comunicados aos Estados costeiros porque eles não são membros da(Comissão Internacional para a Conservação de Atum de Atlântico) e por isso eles permanecem ignorantes quanto a quantidade e tipo de recursos colhidos dentro das 200 milhas das suas ZEE.

Vd. « European policies in West Africa: Who benefits from fisheries agreements» 2002,pág:78

A Comissão Internacional para a Conservação de Atum de Atlântico (ICCAT) tinha em 2002 um total de 22 membros, da qual São Tomé e Príncipe já fazia parte. Vd. « Coordination of the ICCAT Enhanced Research Program for Billfish », Eric D. Prince, 1991, pág:13.

Atualmente a Comissão tem um total de 50 membros. <http://www.iccat.org/en/contracting.htm>, Acedido em 18-09-2016.

seus recursos e avaliar a negociação dos acordos de pesca quer com a UE, quer com países como Japão, China, Coreia do Sul, ou qualquer outro país que esteja interessado

Até porque Conforme descreve João Carlos Nascimento(2013), “ (...) Há uma grande necessidade de fazer uma nova abordagem do sector da pesca em São Tomé e Príncipe, de modo a melhorar significativamente o seu peso no nosso Produto Interno Bruto(PIB).”

5.1.6. VALOR ESTIMADO DE PESCA NO GOLFO DA GUINÉ

O mar é, sem margem de dúvida, um referente de poder total, absoluto, e cada vez mais, razões de disputas na vida daqueles que o exploram. Um dos mais importantes aspetos na investigação das pescas é obter informações quanto a quantidade bem como a localização de cardumes . Informações dão conta que, relativamente a região do Golfo da Guiné, o valor estimado de pesca ronda entre 10 a 23 bilhões⁶⁸ de dólares, representando sem margem de dúvida, o rendimento da maior parte dos países da África Ocidental, e de onde se pressupõe que o peixe forneça 50% da proteína comestível na região.

A biodiversidade nas águas de São Tomé e Príncipe é rica e surpreendentemente tem proporcionado novas descobertas a comunidade científica, como é o caso da “ California Academy of Sciences⁶⁹” que descobriu há menos de uma década,10 novas espécies de peixes, inclusive um de novo género, e também acrescentaram mais informações a outras 17 espécies. (WIRTZ et Al.,2007.pag:2-3)

Mais informações sobre a biodiversidade indicam que ás águas do país contêm 185 espécies de peixes de 67 famílias. Outros recursos marinhos incluem ninhos de tartarugas marinhas, aves marinhas e mamíferos marinhos, constituindo as águas de São Tomé e Príncipe uma importante base de reprodução das baleias corcundas que migram entre a Antártica e o Golfo da Guiné onde o clima é equatorial oceânico, influenciado pelos ventos de monção do sul, pela corrente quente do Golfo da Guiné e pelo relevo montanhoso.(Pa, D.I.,1996. Progra1Vme Du. Pag 1)

Outros estudos indicam a existência de um potencial biomassa piscícola de 12.000 toneladas por ano, 8500 das quais de espécies pelágicas e as restantes 3500 de espécies que vivem no fundo do mar, isto é, junto do substratos marinhos. Verificam-se variedades

68- https://www.chathamhouse.org/sites/files/chathamhouse/public/Research/Africa/0312confreport_maritimesecurity.pdf

69- Foram realizadas um total de 4 expedições no arquipélago, o primeiro teve início em 2001, depois 2006, 2008 e 2009 É a mais antiga Instituição Científica no Oeste dos Estados Unidos, e possui mais de 20 milhões de espécies científicas em todo o mundo. Estas coleções estão disponíveis para cientistas, a nível mundial. http://www.calacademy.org:8080/sites/default/files/assets/images/people/english_gg_goal.pdf

de espécies tais como: Atum amarelo e Judeu, Bonito, Serra e Serrajão, Cavala, Cavala Gigante da Índia, Barracuda, Badejo, Peixe Novo, Corvina, Garoupas, Cherne, Pargo e Pargo Mulato, Xaréu Corcovado e Macoa, Palmete, Salmonete, Cachucho, Carapau, Sardinha miúda, Linguado, Dourado e os grandes Meros, Pratas, Espadins, Veleiros, peixes Voadores, lulas, peixes – Trombeta, Roncadores.(LIMA, 1964 LISBOA, pág: 15).

Assim, a necessidade de atribuir relevância a questão de segurança e controlo na região advém da diversidade de oportunidades que a região do Golfo da Guiné oferece, de onde se destaca tanto o potencial piscícola, mais sobretudo, o potencial energético.

Calcula-se por exemplo que a produção de petróleo na região do Golfo da Guiné venha ultrapassar a produção dos países do Golfo Pérsico em 2020. Isto é, 25 por cento da produção global comparativamente com os 22 por cento do Golfo Pérsico. (PATERSON, 2007: Pag 28)

Naturalmente, este cálculo de considerável aumento da produção para a região do Golfo da Guiné, uma região que já ganhou nomes como « novo mapa de tesouro»,« novo Koweit », em alusão a imensidão de recursos energéticos, não previu ou podia prever, a crise, e consequentemente a quebra da cotação de petróleo no mercado internacional, afetando maior parte dos países produtores de petróleo no Golfo da Guiné e de cujo economia é maioritariamente dependente das receitas petrolíferas, e onde o custo de produção é maior comparativamente aos países do Golfo Pérsico.

Seja como for, a geografia económica mundial é movida pela oscilação dos preços do petróleo e outros minérios, que felizmente existem na maior parte dos países da região.

Apenas como mero exemplo, foi noticiado que Angola, agora maior exportador da África subsariana, e que já por duas vezes ocupou essa posição, perdeu 8,5 mil milhões⁷⁰ de euros de receita fiscal com a crise do petróleo. O petróleo que representa 95% da exportação e 75% de receita para o governo angolano. (CNN Money, Abril. 2016)

Angola, que já se afirmou como potência africana e vem desempenhando cada vez mais papel de relevo quer a nível regional como continental, previa em matéria de segurança, gastar 5,8 mil milhões de euros com a área da Defesa em 2016, equivalente a 13% de toda despesa pública, praticamente o mesmo que os setores da educação e saúde juntos. (BANCO BNI, 23 NOV, 2015)

70 - Informação consultado em: <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/49737/angola-perde-85-mil-milhoes-de-receita-fiscal-com-a-crise-do-petroleo>

6. GOLFO DA GUINÉ SOB OLHAR CRÍTICO DA AGÊNCIA MARÍTIMA INTERNACIONAL

O interesse global pela região do Golfo da Guiné tem aproximado grandes empresas petrolíferas que têm como condições para operarem, a elevada probabilidade de existência daquilo que buscam e em quantidade que permita contrabalançar o investimento aplicado, e a região oferece uma oportunidade ímpar para o investimento.

Apesar da cotação em baixa do barril de petróleo afetar países da região, o fundamental é salientar que o potencial energético do Golfo da Guiné é de tal forma reconhecível, que questões de segurança na região ganharam proporções extraordinárias, com o advento sequencial de pirataria que vinha sendo mais notório noutras paragens do mundo até se escalarem no Golfo da Guiné.

A Agência Marítima Internacional(IBM) classificou a região do Golfo da Guiné como uma das vias de navegação globais mais turbulentas. Desde de final da década de 1990 que esta sub-região era constantemente classificada a nível mundial como um dos principais pontos de atuação de pirataria.

Entre 2002 e 2004, os ataques de pirataria nesta sub-região ultrapassou os restantes incidentes ocorrido a nível continental. Existe um amplo consenso de que a atividade criminosa nesta parte do continente é preocupante. A maioria destes ataques ocorre durante o desenrolar de um embarque, o que reflete um nível elevado de insegurança marítima.(GILPIN, R., 2007)

Em causa esta a sofisticação de atividades ilegais que tendem a aumentar no Golfo da Guiné. Para piorar, esses atos de pirataria moderna ocorrem nos portos e em águas territoriais onde carecem de controle. Um mero exemplo é o facto de atos de pirataria moderna serem realizadas com poucos recursos económicos, utilizando apenas botes de fundo plano, uma corda, e usando braços de ferro sob escuridão da noite em rotas marítimas de maior movimentação. É por isso necessário mais colaboração e partilha de informação entre os Estados na região.(GABEL,G.D.J.,2007,pág:1436-14)

6.1. A PIRATARIA E A DIFICULDADE DE DEFINIÇÃO

Um exemplo marcante de atividades de pirataria na região foi o facto de, no Abril de 2016, após a realização de exercício marítimo denominado “Obangame Express”⁷¹, escassos dias depois, mas concretamente em 11 de Abril de 2016, os piratas atacaram um navio turco operando na região e que fazia a ligação marítima entre Lagos (Nigéria) e Duala (Camarões), sequestrando 6 tripulantes. (TELANON, Abril 2016)

Todo e qualquer ato fora do ordinário, abarcando meios de transporte marítimo no mar do arquipélago, na vizinhança, ou na região do Golfo da Guiné, envolvendo o infortúnio de perdas de vida ou não, pode ser entendido do imediato por cidadão comum, como ato de pirataria quando todavia não o é. Existe uma categoria de crimes da qual a pirataria esta inclusa.

Em 2005, Dona Dillon fazendo reflexão sobre a pirataria escreveu o seguinte: « *A actual definição de pirataria é completamente inadequada como ferramenta para os decisores políticos. Os principais sistemas de estatísticas e relatórios são enganosas. A maioria dos atos que são citados não são de embarque clássico e sequestro de navios mercantes no alto mar. A reformulação da definição de pirataria vai ajudar a concentrar esforços na luta contra o flagelo.* »

Francois Vrëy (2010), em alusão a pirataria comentou também o seguinte « *as actividades criminais que acontecem no mar correspondem a um amplo espectro de categorias, sendo erróneo classificar a todas como pirataria* ».

Em algumas partes do mundo, mais vozes se juntaram para refletir quanto a atual definição da pirataria, voz como a de antigo vice primeiro ministro da Malásia (Datuk Seri Najib Tun Razak Mohd), que de acordo com a Dana Dillon(2005,pág:155), teceu o comentário sobre a pirataria dizendo que, « a Câmara Internacional de Comercio e Comércio Marítimo(IMB) agrupa todas as formas de pirataria sob uma mesma categoria de pirataria. Assim, a Malásia, Indonésia e Singapura consideraram que os atos de pirataria devem ser separados de acordo com os crimes cometidos ».

71 - Tratou-se de um exercício que integrou forças navais de EUA e alguns países de Africa, destinado a melhorar a cooperação entre os países participantes e aumentar o controlo e segurança no Golfo da Guiné. O exercício centrou-se na operação de interdição marítima, averiguação, buscas e técnicas de apreensão.

Por isso, de forma atender o desafio de proporcionar uma definição profícuo para crimes marítimos, a Organização Marítima Internacional (IMO) e o IMB⁷² deveriam rever as definições existentes de pirataria para incluir quatro categorias de crimes marítimos: corrupção, roubo marítimo, pirataria e terrorismo.

No entanto, de acordo com IMB, os incidentes de pirataria quase que duplicaram nos últimos dez anos, passando de 90 ataques relatados em 1994 para 445 ataques em 2003. Todavia estes números são ilusórios devido a inadequada forma de definir o problema⁷³.

Até 5 de Outubro de 2015 tinham sido relatadas um total de 190 incidentes⁷⁴ em todo o mundo, pelo que esses incidentes eventualmente se enquadrarão dentro de categorias onde não é exclusivo a pirataria.

Entre as várias definições existente sobre a pirataria marítima, duas se destacam como as mais importantes, e ainda assim com divergências entre elas.

Os atos de pirataria, de acordo com o artigo 101⁷⁵ do ano 1982 da Convenção das Nações Unidas sobre a Lei no Mar(UNCLOS), define a pirataria como ato que acontece apenas fora de jurisdição de um Estado, e pormenoriza os atos de pirataria da seguinte forma:

- a) Ato ilegal de violência ou detenção ou qualquer ato de depredação cometido por fins privados pela tripulação ou passageiros de um navio privado ou uma aeronave privada. (1) - diretamente no alto mar, contra outro navio ou aeronave ou contra pessoas ou propriedade a bordo de tal navio ou aeronave. (2) - contra outro navio, aeronave, pessoas ou propriedades em algum lugar fora da jurisdição de qualquer Estado;

72-(International Maritime Bureau), Divisão especializada da Câmara de Comércio Internacional, criada para atuar como ponto fulcral na luta contra todos os tipos de crimes marítimos e outros delitos.

73 - Idem

74 Informação disponível em: <https://icc-ccs.org/piracy-reporting-centre/piracynewsfigures>. Acedido em 17 de Novembro de 2015

75 - As leis dos Estados Unidos são ainda menos eficazes no policiamento da pirataria moderna quando comparado com o artigo 101 da UNCLOS. O artigo I seção 8 da Constituição dos Estados Unidos dá ao Congresso amplo poder para “ definir e punir a pirataria e delitos cometidos no alto mar, e delitos contra a Lei das Nações Unidas” 87). O Código de título 18, capítulo 81 do Estados Unidos, é um mecanismo de execução atual para atos de pirataria neste país. 88. Notavelmente, esta lei é composta de disposições substantivas de atos aprovados em 1790, 1819,1820,1835,1846 e 1847. 89). A Lei da pirataria nos Estados Unidos permaneceu, portanto, inalterado desde 1847, apesar das mudanças na natureza e no modus operandi da pirataria.

Vd. GABEL, G.D.J. – Smoother Seas Ahead: The Draft Guidelines as an International Solution to Modern-Day Piracy. Consultado em Junho de 2016. Disponível em: <https://www.hklaw.com/files/Publication/a99541a4-fab2-4dd1-8535-640bd3c7f10b/Presentation/PublicationAttachment/853efaf3-bb0a-4fd7-910c-211584f6cd49/46340.PDF>

- b) Qualquer ato de participação voluntária na operação de um navio ou uma aeronave com conhecimento dos fatos o tornando um navio pirata ou aeronave pirata; qualquer ato que incite ou intencionalmente facilite o ato descrito nos parágrafos(a) e (b). (UNCLOS,1982)

Resumidamente, a Pirataria é, conforme simplifica Victor Cajarabille(2014), um ato criminal, violento ou não, levado a efeito no alto mar a partir de um navio contra navio ou pessoas, com objetivos privados.

O International Maritime Bureau(ICC IMB)⁷⁶, contrariamente a IMO,⁷⁷ considera a pirataria como qualquer tentativa de delito praticado contra navios, independentemente do navio se encontrar dentro ou fora da jurisdição de um Estado.” (ICC. I.M.B, 2009, pag:3)

6.1.2. ORIGEM DA PIRATARIA

Dado a necessidade de segurança na região do Golfo da Guiné, é evidente que nenhum país, quer seja uma potência regional⁷⁸ ou mesmo global, poderá por seus meios garantir a segurança na região. Assim, a estratégia passará naturalmente pela participação de todos os países da região e mesmo dos que direta ou indiretamente se sentirem afetados.

A pirataria, o roubo marítimo ou qualquer ato de irregularidade praticado no mar tem necessariamente a sua origem na terra, por razões diversas. Como convenientemente salienta, Marc- Antoine(2011) “ (...) a fraqueza do Estado encoraja a pirataria e, por seu turno, a pirataria mina a autoridade do Estado”

Por exemplo, existem algumas similaridades de origem de pirataria entre Somália e Nigéria, que reside no facto de em ambos os países a pirataria ter começado como iniciativa local em reação a problemas internos.(CHATHAM HOUSE, 2013, pag 20).

Para o caso específico da Nigéria, oitavo maior exportador de petróleo do mundo, o desafio começa no país, o mais populoso do continente africano, o suficiente para que na eventualidade de apenas 10% da população do Delta do Níger, se deslocado, seria o mesmo que ter cerca de 3 milhões de pessoas dispersas na África Ocidental, o que

76 - Uma divisão especializada da Câmara Internacional de Comércio. É uma organização sem fins lucrativos, criada em 1981 para atuar na luta contra todos os crimes marítimos e más práticas.

77 - Organização Marítima Internacional

78 - Potencia Regional é definida como a capacidade regional de influenciar as decisões ao seu favor, ou a capacidade para controlar ou escapar do controlo da influência política dos atores em outros níveis territoriais. Influência, controle e independência são ingredientes cruciais para a autonomia regional: para ser capaz de promover e proteger os recursos que distinguem uma região de outra, e para ser capaz de formular políticas e preferências diferentes dos de outras entidades políticas, ator regional deve ser capaz de influenciar as decisões e escapar do controle de outras entidades territoriais .

certamente constituiria sérios problemas na região, sendo conforme menciona Paterson(2007); em cada 6 africanos, 1 vive na Nigéria, onde maior parte da população é jovem e o desemprego é enorme, não faltando imaginação e consideração de qualquer alternativa como viável para resolução dos seus problemas.

Na região do Delta do Níger, os rebeldes denominados de MEND⁷⁹ causam terror nessa região, sendo que no pacote das suas ações esta também a pirataria, que se julga ser mais violento do que o da costa de Somália.

Pelo que se tem escrito, o “MEND tem-se focado mais pela luta de melhor partilha de recursos petrolíferos do que propriamente pela independência. De outra forma, não contestam fundamentalmente a autoridade do Estado nigeriano, mas sim o seu estado de funcionamento. (ROS-LEHTIMEN, I. et Al.,2007, pág:11)

Em causa esta o que não é novidade, por ocorrer na maior parte dos países africanos e não só, isto é, a falta de progresso inclusivo que possibilite mais dignificação do homem. Citando o presidente Barack Obama “Africa’s progress will depend on unleashing economic growth-not just for the few at the top, but for the many, because an essential element of dignity is being able to live a decent life⁸⁰.”

Algumas bibliografias⁸¹ dão conta de estarem a ocorrer simultaneamente reformas económicas e políticas mais promissoras na Nigéria, ao mesmo tempo que particularidades como a fragilidade ali existente, possuir potencialidades para desestabilizar toda a região, afinal, a Nigéria, pela população que possui, representa uma locomotiva, sendo o destino que tem atraído investimento internacional e maior exportador de petróleo da região(embora já por duas vezes ultrapassado pela Angola), representando mais de 50% da capacidade de produção de petróleo e 70% de reserva existente. É maior potência militar⁸² da região e o maior dinamizador e contribuinte

79 - Movimento para Emancipação do Delta do Níger . É um dos maiores grupo militantes na região do Delta do Níger na Nigéria.

80 - Consultar : <https://www.commerce.gov/news/press-releases/2016/01/bloomberg-philanthropies-and-us-department-commerce-host-2nd-us-africa>. Acedido em 7-09-2016

81 - Publicado na Revista Estratégia pelo Major do Exército, professor de Estratégia do Instituto de Estudos Superiores Militares(IESM).

82 - O exercito nigeriano, recebe louvores pelo sucesso nas operações que desencadeiam com sucesso na libertação de reféns fruto de sequestro, ou na luta que efetuam contra o grupo Boko Haram. Por outro lado, são acusados pela Amnistia Internacional(AI) por horrendo comportamento. Recentemente foram acusados de executarem a tiro mais de 350 muçulmanos xiitas, de os terem enterrado em valas comuns, e de terem tentado eliminar as provas de crime. Consultado em: <https://www.amnesty.org/en/press-releases/2016/04/nigeria-military-cover-up-of-mass-slaughter-at-zaria-exposed/>. Acedido em 9 de Junho de 2016.

Numa entrevista do presidente da Nigéria, Muhammadu Buhari para CNN, este admitindo o comentário do primeiro ministro David Cameron em relação ao facto de ter chamado o país de “fantasticamente corrupta,” salientou que 2.1 bilhões de dólares foi dado para o exercito nigeriano, para tratar das componentes militares, quer a nível de hardware como software, e contra operações contra o Boko Haram, mas este valor acabou nos bolsos dos militares.

africano para operações de apoio a paz, quer no âmbito da ONU, quer no da UA ou CEDEAO.(ESCORREGA, 2010.,pág 6)

Curiosamente, apesar da Nigéria ser maior potência militar da região, conforme mencionou Luís Escorrega(2010), a sua armada face aos desafios da pirataria, remete-a juntar-se com outros países da região para a conjugar esforços na luta contra a pirataria.

Resultados de estudos anteriores sobre a pirataria revelou que muito dos estudos que abordavam a questão de pirataria no mar, concentravam-se principalmente sobre os grandes navios comerciais ou barcos da indústria petrolífera. Assim, pequenos arrastões⁸³ e pescadores, operadores de barco de recreio, e comerciantes eram ignorados, quando na verdade, eles eram na maioria das vezes as primeiras vítimas de pirataria. (Citado por Stephen Essien, 2015, pág: 214)

A magnitude de ataques de pirataria que ocorrem nas vias marítimas da Nigéria são elevadíssimas ao ponto de revelar-se em 2012 num relatório da “International Maritime Bureau”(IMB), que dava conta de terem registado 56 casos de pirataria em 2010 nas águas territoriais da Nigéria, ao largo do Golfo da Guiné.

Em 2011 registou-se o dobro de ataques, com acréscimo de mais 7, isto é, um total de 119 ataques face a 2010. Em Setembro de 2012, foram registados 37 ataques, o que levou para uma média de cerca de 4 ataques piratas por mês.

Estima-se que a Nigéria perde anualmente cerca de 26,3 bilhões de dólares americanos para vários atos de criminalidade, incluindo naturalmente a pirataria e o roubo marítimo.(OYETUNJI ABIOYE, 2012)

Como mero ato de comparação, centrando-se na perda de valores em dois distintos lugares(Golfo da Guiné e Áden), em 2005, o grande foco da pirataria marítima era o Golfo de Áden e a Costa da Somália, uma rota considerada estratégica para o comércio mundial, na qual atravessam anualmente cerca de 25 mil navios. Os prejuízos estimados são na ordem de 8 a 12 bilhões de dólares anuais.(VENÂNCIO, 2012, pág 138)

Informação disponível em: <http://edition.cnn.com/2016/05/11/europe/cameron-nigeria-corruption-buhari/index.html>. Acedido em 17 de Maio de 2016

83 - Pequenos barcos de 6 - 8 metros de comprimento. Podem em parilha, ou seja, dois barcos puxando a mesma rede, mas podem igualmente ser grandes barcos-fábrica, por vezes operando 2 ou mais redes ao mesmo tempo.

Uma diferença de mais de dobro em prejuízos monetários no Golfo da Guiné, é o que se vinha⁸⁴ verificando comparativamente ao Golfo de Áden. Dai a necessidade de existir nos países da região do Golfo da Guiné, com as diversidades que existem no tamanho, na língua e na forma de governação, condições de estabilidade que possibilite direccionar o foco para objetivo comum que é o da segurança na região, e de cujo chave essencial para o sucesso é a cooperação.

Citando Marc-Antoine(2011), embora este faça referência ao Estreito de Malaca, “ *Foi graças á cooperação entre os estados da região, que decidiram afirmar a sua autoridade em conjunto, que foi possível lutar de modo eficaz contra a pirataria*”

Dado a dimensão do arquipélago, e sua reduzida capacidade financeira, destacando sobretudo o facto de ser muito dependente de doações dos parceiros, eventual divergências de opiniões, poderá surgir quando for colocada a seguinte questão. Aplicar dinheiro na segurança marítima de São Tomé e Príncipe, é uma despesa ou um investimento?

Como mera hipótese, considerar a segurança marítima de despesa, parece que seria também questionar o seguinte. Existe uma decisão bem definida em relação a política externa de São Tomé e Príncipe? Afinal, a questão de segurança terá de constantemente enquadrar no pacote dos compromissos do governo do arquipélago para com principais parceiros, uma vez que autonomia alcançada do arquipélago, exige como afirmação de do Estado o controle daquilo que constitui o seu território. Por outro lado, a questão de segurança marítima relaciona-se também com questões de fronteira marítima, por sua vez do interesse de todos Estados costeiros da região.

7. COMISSÃO DO GOLFO DA GUINÉ

Em 3 de Junho de 2001, foi criada uma comissão denominada de Comissão de Golfo da Guiné, que surgiu fruto da Cimeira dos chefes de Estados da região, e teve lugar em Gabão(Libreville). Esta comissão está composta por um total de 8 países, sendo eles, Camarões, Guiné Equatorial, São Tomé e Príncipe, RDC, Gabão, Congo(Brazzaville), Angola e a Nigéria(país que mais perde com efeitos da pirataria na região).

84 - Notícias relatam que os consideráveis baixos do preço de petróleo estão a diminuir o número de atos de pirataria em alto mar, uma vez que deixou de ser rentável correr tanto riscos. Todavia, as nações do Golfo da Guiné devem continuar a trabalhar para melhorar a coordenação de segurança na região.

Informação consultada em <http://www.dn.pt/dinheiro/interior/petroleo-esta-tao-barato-que-ja-nem-os-piratas-o-querem-roubar-5036458.html>. Acedido em Março de 2016

A Comissão tem por base uma concertação político-estratégico de cooperação entre esses países de forma a proporcionar desenvolvimento mútuo entre os Estados membros, e surgiu do consenso para desenvolver cooperação estratégica para segurança regional, bem como também buscar almejar formas para a resolução de conflitos regionais, conflitos esses que se prendem em muito dos casos com a disputa da delimitação das fronteiras marítimas, da exploração dos recursos económicos ali existente que poderá promover o desenvolvimento social dos respetivos povos, sendo o primado da comissão a necessidade de garantia de segurança marítima desses Estados, que isoladamente se aperceberam do insucesso que seria garantir segurança numa região de economia indiscutivelmente global.

A Comissão do Golfo da Guiné pretende demonstrar que a integração regional, se possível(nas diversas vertentes) poderá possivelmente ser o melhor caminho para que os diferentes Estados do Golfo da Guiné encarem os desafios da globalização e preservem os seus interesses na região.

É importante que Comissão do Golfo da Guiné, como organização regional, não se prenda quer por falta de visão ou quer por falta de inovação naquilo que se pretende vir a ser o sucesso da Comissão e eventualmente da África na resolução de muito dos problemas patente neste continente.

Dos diversos desafios no continente, passo a citar as sábias palavras proferidas pela doutora Alexandra Simeão⁸⁵, que em alusão ao passado 25 de Maio no debate realizado pela TPA sobre o tema “África e os Desafios do século XXI,” fez o seguinte comentário: “ (...) *As exigências hoje não se coadunam com os tratados históricos, e o que tem faltado em África(com muita pena minha), é a falta de inovação. Em todos eles (países africanos), independentemente de ser o 10º produtor de ouro, 1º produtor de petróleo, 2º produtor de bauxite, terem o acesso ao mar ou não terem, terem mais população ligada ao islão ou mais ligadas as religiões, há de facto um problema que nós não estamos a debruçar, porque infelizmente também temos organizações regionais e continentais que do meu ponto de vista esgotaram o prazo, porque a repetição e a mesmice é exatamente porque nós não temos organizações que projetam, que perspetivam o futuro*”

Desculpar-se-á esta longa citação, mas sobressaia-se a importância da reflexão. Relativamente ao futuro da Comissão do Golfo da Guiné, o antigo presidente de São

85 - Analista Político participando no “TPA Debate África e os Desafios do século XXI.” Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=sMqp9EgHBPU>

Tomé e Príncipe, Miguel Trovoadá, que também desempenhou a função de secretário-executivo da comissão defendeu, que a Comissão do Golfo da Guiné precisa de “reformulação”, talvez se apercebendo da falta de inovação que organização dessa dimensão incorporando diversas culturas enfrenta durante o processo do seu desenvolvimento.(NASCIMENTO, A.,2011, pág:109)

Certo porém, é o facto da Comissão do Golfo da Guiné não conhecer eventual impasse fruto da expansão dos interesses quer duma ou outra potencia regional, ao ponto de abrir espaço a relutância e/ou desconfiança e afetar o objetivo que se pretenda que venha ser de maior e melhor segurança na região. A pluralidade de atores num espaço geográfico exige que se tenham entre si relações tais que cada um tenha em conta todos os outros nos cálculos que precedem a tomada de decisões para questões de segurança.

São Tomé e Príncipe faz parte de diversas organizações, sendo que algumas, com particular dominador comum, a língua, torna ainda mais próxima a interação e partilha de experiência para questões de interesse do país. Organizações como PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) ou CPLP(Comunidade dos Países da Língua Portuguesa) que definem áreas de cooperação em vários domínios, como por exemplo, a segurança marítima, o que permite criar consenso para estratégias de combate a pirataria e outros delitos.

A CPLP esta mais voltada para África e para os Africanos, que apesar de representarem apenas 5% da população e cerca de 20% do território da organização, têm no mar e nas dinâmicas internas e estratégias africanistas que a comunidade vem aperfeiçoando desde 1996 e especialmente depois da Cimeira de Bissau em 2006.(Luís Bernardino,2013,pág:231)

Os espaços marítimos sob jurisdição de muitos Estados comportam o sério problema da fraca capacidade de projeção de soberania, e em alternativa a este vazio de poder existentes, os Estados apostam primeiramente na abordagem regional face a dimensão do desafio.

Os oito Estados –Membros da CPLP possuem em comum uma língua e uma extensa base histórico –cultural que os identifica e diferencia mutuamente. Mas dispõem também de vastas áreas marítimas sob as respetivas jurisdições nacionais, que perfazem no seu conjunto cerca de 7,6 milhões de km² de mar, significando mais de 2,5% da superfície

marítima do globo e materializando uma imensidão de rotas comerciais, recursos estratégicos e de potencialidades geoestratégicas que importa conhecer e potenciar⁸⁶.

7.1. A PESCA E AS COMUNIDADES RIBERINHAS

Trinta e oito países africanos são ou Estados costeiros ou são insulares neste segundo maior continente de 43 milhões de km² de área⁸⁷ que cobre 1/5 de superfície total da terra. (VERSÃO,UA,2012: pag 8)

Durante muito tempo, a Organização da Unidade Africana e sua sucessora União Africana seguiram uma abordagem essencialmente com relação ao continente e ao espaço territorial á segurança. Com efeito, a dimensão marítima da segurança foi sendo negligenciada pelos Estados costeiros que têm como privilégio é o acesso ao mar.

Falar do mar, torna-se quase que inevitável, falar da pesca ou deste sector e o maior contributo que pode proporcionar ao arquipélago, mas é também falar dos pescadores, desconhecedores dos limites das fronteiras marítimas, pela dificuldade que caracteriza esta fronteira.

Do mar, ou a ele intimamente ligada, dependem inúmeras comunidades ribeirinhas que gerações após gerações mantêm sobretudo no sector das pescas as suas atividades diárias. Desde a antiguidade que a pesca constitui para humanidade uma fonte importante de alimentos proporcionando emprego e benefícios económicos aos que se dedicam a esta atividade. Afinal, a cada atividade no mar implica uma outra na terra de cariz diferenciada(MONIZ et Al., Nov 2000. Pág 3)

Assim, tem sido as atividades de muitas comunidades ribeirinhas em São Tomé e Príncipe, o que evidencia a importância estratégica que as atividades ligadas ao mar assumem no país. Informações dão conta de que “ Em todo o país são cerca de 6 mil pessoas homens e mulheres, estão diretamente envolvidos na pesca e na sua comercialização.2991 são pescadores, e 2335 são as mulheres(palaiês)”.(RTP África 4 - 06-2015)

Esses dados relacionados com número de pescadores pode sugerir uma oportunidade para elaboração de um inquérito centrado nesses profissionais de pesca artesanal, isto é,

86 - Ibidem

87 - Para além do valor de 43 milhões de quilómetros quadrados , são também incluídos os 13 milhões de quilómetros quadrados da Zona Económica Exclusiva dos Estados membros da União Africana.

apesar de longo historial relacionado com a execução de atividades de pesca, eventual alternativa a essa atividade significa o desaparecimento da pesca tradicional?

A história tem dedicado algum espaço às pescas e as pescarias, raramente a Pescadores, a não ser quando se verifica a ausência de peixes nos mercados. Ainda assim, nestas circunstância, muitos trabalhos académicos tendem a focar na indústria, nos métodos, e na pesca excessiva. Este silêncio poderá resultar do facto de se tratar de um mundo marcado pela ausência de escrita (grandes taxas de analfabetismo), tanto mais que a sua linguagem é circunscrita a um conhecimento especializado na localização dos pesqueiros, que o autodidatismo e a experiência amadurecem.(MADUREIRO & AMORIM, 2001, pág. 6)

Seja como for, estudos feitos pela Direção das Pescas indicam que a pesca sustenta diretamente mais de 25 mil são-tomenses⁸⁸. A pesca é uma atividade económica que tem como objetivo a exploração dos recursos piscatórios, e tem desempenhado um papel decisivo no abastecimento dos mercados do arquipélago.

A principal atividade das comunidades costeiras, sobretudo na ilha de São Tomé, é sem dúvida a pesca e tem papel importante na geração de emprego e no rendimento das famílias. Esta atividade contribui com 4,7% para o produto interno bruto e emprega cerca de 15% da população ativa. (POTENCIAL ,O.E., 2015, pág. 11)

O país vai beneficiando da pesca dos destemidos pescadores, no sentido amplo que o imaginário pode exaltar. Pescadores muitas vezes desprovidos de meios básicos de segurança, sujeitos(fruto de mudanças climáticas) ao amento de nevoeiro, tempestades e ventos fortes que vêm criando situações perigosas como por exemplo, a destruição das suas canoas.

No entanto, o cenário de ausência de mínimas condições para o exercício deste ofício tende a melhorar, ou não fosse estas razões de relatos quase habituais de desaparecimentos e até mesmo de fatalidades no mar do arquipélago, levando-o estatisticamente a nível de taxa de mortalidade entre pescadores no mar do arquipélago a ser três vezes superior do que a média mundial⁸⁹

88 - Acedido em 11 de Janeiro em; <http://www.telanon.info/economia/2015/06/01/19344/pesca-fonte-de-rendimento-para-mais-25-mil-sao-tomenses/>

89 - Consultado em <http://www.undp.org/content/undp/en/home/presscenter/articles/2014/08/29/sao-tome-and-principe-early-warning-systems-protect-farmers-and-fishermen.html>

7.2.AUMENTO DA POPULAÇÃO/ CRESCIMENTO ECONÓMICO INSUFICIENTE

Verifica-se um aumento da população no arquipélago e com ela vem aumentando a pressão sobre uma economia frágil, dependente e sujeita as flutuações económicas internacionais. Um exemplo, é o facto de volume de exportações em 2012 corresponderem a 16,2 milhões de dólares e volume de importações no mesmo ano corresponder a 114,4 milhões de dólares, evidenciando um deficit constante na balança comercial do arquipélago.(Potencial,O.E.,2014. Pág:3)

Vale apenas olhar para esta questão. O modelo económico sobre o qual o país tem-se baseado para sustentar o seu desenvolvimento, há muito que parece ter atingido a exaustão, sendo do conhecimento das autoridades decisoras do país, pelo que uma mudança de paradigma se torna fundamental.

Conforme menciona Camilo Lourenço (2012), “ uma economia que não produz rendimento, faz com que haja deficit.” No entanto, nem tudo parece ser negativo no arquipélago. Em plena crise económica, provisões do FMI indicavam que a economia do país apontava para um crescimento de 5% com uma inflação de 4%. (RTP África 11-02-2016)

Ainda assim, este crescimento económico é aparentemente insuficiente para aguentar a pressão que o mercado de emprego jovem vem exigindo em termos de mudanças, sobretudo, políticas das autoridades do país.

Instabilidades políticas no arquipélago, vêm sendo apontadas por diversos atores políticos como razões da descontinuidade dos programas financeiros, que não pôde perdurar e permitir consolidar o crescimento económico a um nível que pudesse criar emprego, e incrementar desenvolvimento social.

São Tomé e Príncipe tem potencialidades, mas como salientou a Diretora do Departamento África do FMI(Antoinette Sayeh⁹⁰) na sua primeira visita em Fevereiro de

90 - Foi Ministra de Finanças da Libéria e trabalhou para Banco Mundial durante 17 anos. Antes de assumir funções no Banco, ocupou cargos consultivos na área económica dos Ministérios das Finanças e do Planeamento da Libéria.

Face a choques associados ao acentuado do declínio dos preços das matérias primas e à restritividade das condições financeiras mundiais que a região da África subsariana está a enfrentar, realça-se que é um bom momento para fazer um retrospecto da experiência de crescimento recente da região e analisar a relação entre as taxas de crescimento e a competitividade. A medida que as empresas da África subsariana são capazes de competir face aos seus concorrentes estrangeiros (ou seja, a medida que são mais competitivas) pode, de facto, desempenhar um papel na manutenção do crescimento no futuro.

2016, esta considerou haver necessidade « Para reforçar a economia e consolidar o crescimento a nível mais elevado torna-se necessário prosseguir outras reformas importantes, tais como melhorar a arrecadação fiscal e reforçar o sistema financeiro ».

“São Tome e Príncipe, tem bem assentes os pilares das estratégias de desenvolvimento, sabe o que quer, que se espera não passarem apenas de uma carta de intenções, mas sim de algo concreto, objetivo, que dê corpo aos anseios das populações, quebre o isolamento faça, de São Tomé e Príncipe, uma Nação Próspera.”

(Fernando Campos,2008, pág:66)

Numa entrevista do primeiro ministro, Patrice Trovoada, em Abril de 2015 á Agência EFE⁹¹, este reconheceu que apesar de S.T.P registar a taxa de crescimento económico entre 4 e 5% nos últimos anos, o país precisaria crescer acima de 7% para criar emprego. Daí o mesmo que dizer que a capacidade urgente de criação de riqueza, aumento do emprego, que permitiria incrementar o desenvolvimento social e diminuir a elevada taxa de pobreza⁹² como principais problemas afetando o arquipélago, apontarem para maior esforços a serem implementadas e a necessidade de grandes mudanças⁹³ no arquipélago.

Dispor de instituições de governação com capacidade de resposta e obrigadas a prestar contas é um fator essencial para se superar o sentimento de injustiça, vulnerabilidade e exclusão suscetível de alimentar o descontentamento social.(PNUD,2014,pág:7)

No entanto, conforme alude Camilo(Lourenço,2012, pág.57) “ a dimensão da mudança assusta os políticos menos corajosos, normalmente muito preocupados em manter os seus níveis de popularidade para serem reeleitos nas eleições seguintes”

Vd. SAYEH, Antoinette - Competitividade na África Subsariana: Hora de avançar. Consultado em 6 de Junho de 2016. Disponível em: <http://www.imf.org/external/lang/portuguese/np/blog/2016/012816p.pdf>

91 - <http://www.efe.com/efe/portugal/destacada/s-o-tome-e-principe-sonha-em-transformar-se-no-dubai-de-afrika/50000440-2586147>

92 - A questão de empobrecimento é menor entre a população ativa e agravado para as pessoas inativas e desempregadas e normalmente nos meios rurais. Dados referentes a dois anos atrás indicavam que 66,2 % da população vivia abaixo do limiar da pobreza. Uma em cada três pessoas pobres tem um salário mensal inferior ao salário mínimo de 822.255 dobras (equivalente a 33,56 euros). Nova proposta de salário mínimo foi fixada em 1.100.000 dobras(o correspondente a 44 euros e 90 centimos). Na data de comemoração do dia 1 de Maio referente ao dia Internacional dos Trabalhadores, a Organização Nacional dos Trabalhadores de São Tomé e Príncipe(ONTSTEP), apresentaram como lema “ Salário digno trabalho digno”

93 - Verificou-se “grandes mudanças,” a nível político no arquipélago nos últimos 2 anos. Ação Democrática Independente(ADI), liderada por Patrice Trovoada, conquistou uma maioria absoluta parlamentar, possuindo 33 lugares na Assembleia Nacional(composta por 55 membros); Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe-Partido Social Democrata(MLSTP-PSD)possui 16 lugares , Partido de Convergência Democrata (PCD), possui 5 lugares; e a União para a Democracia e Desenvolvimento(UDD)possui 1 lugar na Assembleia Nacional. As próximas eleições legislativas deverão ter lugar em 2018. No entanto, com a eleição presidencial realizada recentemente, o partido (ADI) viu ser eleito o presidente da república proveniente do mesmo partido político. Isto representa a primeira oportunidade em mais de uma década para a possibilidade de estabilidade política no país uma vez que o governo pode cumprir um mandato completo de 4 anos no poder.

Vd « São Tomé e Príncipe Ficha de Mercados»2015

« (...) Não podemos continuar a escravizar o nosso povo, a mantê-lo na ignorância, no medo, na miséria, no desemprego e afastado das grandes decisões que lhes dizem respeito. Realizar periodicamente as eleições já não basta. É, hoje, cada vez mais forçoso ouvir o povo, escutar a sua voz, sondá-lo regularmente para aprender as suas preocupações mais genuínas.»

(Citado por Carlos Santos, Lisboa, 2014)

A ideia, percebe-se, parece que muito dos problemas urgentes do país, e em muitos casos talvez fruto da má governação⁹⁴, há muito que vêm sendo ignorados evidenciando a falta de interesse ou incapacidade das autoridades do arquipélago em resolver os problemas mais prementes dos cidadãos.

Fazendo referência a governação, muitos dos problemas internacionais e domésticos urgentes resultam do poder insuficiente dos Estados para estabelecer a ordem, realizar a infraestrutura, e prover serviços sociais mínimos. (SLAUGHTER, 1997, pg. 195)

Será importante salientar que este não é o caso de São Tomé e Príncipe, onde o Estado exerce o poder, e onde persistem fenómenos de pobreza extrema acompanhado de desemprego⁹⁵ que continua a afetar principalmente jovens, havendo a necessidade do Estado desempenhar de forma mais inteligível o seu papel na sociedade .

Ressalve-se porém que embora persistentes os diversos problemas em São Tomé e Príncipe, a redução da pobreza e o desenvolvimento humano, ainda que lenta, vem registando uma evolução positiva segundo um inquérito datado de 2011, levado a cabo pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento(PNUD) e pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) ter mostrado que 49.6 % da população vivia abaixo da linha

94 - A ideia de que “boa” governança é um requisito fundamental para um desenvolvimento sustentado, que incorpora ao crescimento económico, equidade social e também direitos humanos. A questão de procedimentos e práticas governamentais na consecução de suas metas adquire relevância, incluindo aspetos como o formato institucional do processo decisório, a articulação público-privado na formulação de políticas ou ainda a abertura maior ou menor para participação dos sectores interessados ou de distintas esferas de poder.

Vd. GONÇALVES, Alcindo - O Conceito de Governança. Consultado em 3 de Abril de 2015. Disponível em: http://www.unisantos.br/upload/menu3niveis_1258398685850_alcindo_goncalves_o_conceito_de_governanca.pdf

Muitos académicos fazem a relação entre a corrupção e a governação, e consideram que está ainda vinculada a frágil e instável estrutura democrática de São Tomé e Príncipe, o que leva a nepotismo e á barganha política política por apoios. A investigadora “ Naiara Alves” que foi uma vez apontada coordenadora adjunto do Observatório dos Países de Língua Oficial Portuguesa(PALOP), esta considerou que “ o combate á corrupção passa pela capacidade do regime político em desenvolver instituições que saibam lidar com a investigação da corrupção.” No entanto, a investigadora também salienta que “a corrupção não chega a constituir um modo de vida, um traço que perpassa da estrutura do poder para a sociedade nos seus diversos aspectos.”

Esta última ressalva da investigadora, parece merecer todavia um estudo mais aprofundado quanto possível.

95 - Desde de 2014, apesar do PIB ter crescido 4,5% em parte fruto de IDE e da estabilidade no avanço de projetos financiados pelos doadores internacionais, o nível de desemprego permaneceu elevado, atingindo cerca de 13,6% da população ativa.

de pobreza e 15,9 % em extrema pobreza em comparação com 53.8 % e 19.2 respectivamente, em 2001. (DA GAMA, 2015: pg. 4)

Entretanto, dados da evolução demográfica de São Tomé e Príncipe indicam por exemplo que, em 1975, data de independência de São Tomé e Príncipe, a população era de 80.000 habitantes, 1981 de 96.611, em 1991 de 117.504, em 2001 de 137.599, e em 2010 de 163.784 habitantes. (NASCIMENTO, 2008: pg. 43)

São inúmeros os problemas que colocam a prova a capacidade de resolução das autoridades de São Tomé e Príncipe. Tratando-se de duas principais ilhas e alguns ilhéus que formam um país, há muito que era desejável que se diminuísse a dupla insularidade (e sentimento de abandono que sentem(sentiam) a população de Príncipe) através de ligações constantes entre as ilhas. Por exemplo, a compra de um navio que fizesse ligação entre as ilhas, adquirida em 2009, resultou do infortúnio de perdas de vida no naufrágio do navio denominado Thérèse.

Para trás fica registos como a de presidente interino da região autónoma de Príncipe, Carlos Gomes, que na altura imputou responsabilidades ao Executivo central pelo facto de “ em 33 anos de independência nacional nunca ter colocado á disposição um barco condigno para efectuar as ligações inter ilhas”. Elsa Pinto, ministra da Defesa considerou na altura não ser a hora para controvérsias⁹⁶

Segundo Augusto Nascimento⁹⁷, “ A guarda Costeira recorreu a um navio privado. Este facto adquiriu importância política e simbólica e levou o governo á aquisição de um barco, denominado Príncipe, para efetuar o transporte de pessoas e bens entre as duas ilhas.”

Vários registos de naufrágio, fruto da negligência ou falta de fiscalização, com resultado de perdas de vidas e bens materiais tiveram lugar no mar do arquipélago. Relembrar navios como: Bambazelê , Marisol e Thérèse , remete questionar se ao longo dos anos, após a independência, o repetitivo uso do termo “ falta de meios” por parte das autoridades do arquipélago não podia/devia ter dado lugar a outro que fosse de encontro á resolução dos problemas prementes da população.

96 - “ O país esta a viver momento de dor, pesar e luto, pelo que a situação actual exige de nós muita ponderação, muita responsabilidade. Estamos perante perdas e não devemos atizar ou meter mais lena na fogueira. (...) nós conhecemos as nossas responsabilidades”.

97 - Investigador auxiliar do Instituto de Investigação Científica Tropical de Lisboa. Tem vários trabalhos realizados sobre o arquipélago de São Tomé e Príncipe, na qual aborda questões diversas, como por exemplo, as questões de identidade cultural.

7.3. NOVAS MANIFESTAÇÕES POLÍTICAS SOBRE O MAR

Os últimos dois anos em São Tomé e Príncipe foram marcados por grandes notícias, relativamente ao mar ou a transporte marítimo. Parece existir um novo despertar do potencial que o mar representa, quer como fonte de obtenção de recursos, ou quer pela necessidade de encurtar as distâncias, do ponto de vista temporal, e permitir a comunicação entre as ilhas e eventualmente a costa africana.

A indústria de construção naval, a base de chapa de aço, para transporte de pessoas e cargas, para pôr fim a falta de transporte marítimo na ligação entre as duas ilhas, parecia ganhar um lugar privilegiado no contexto histórico marítimo do arquipélago, se não fossem as vicissitudes.

Conforme foi relatado por (Telanon 09- 2015), surgiu o desejo da concretização de sonho de um empresário são-tomense de nome Manuel Roque, a construção de um navio, que foi ganhando forma no estaleiro com mesmo nome. Infelizmente, por razões aparentemente ligadas a burla e/ou o incumprimento de contrato, o sonho ficou pendente sendo que a garantia de um barco construído em São Tomé e Príncipe efetuar a sua “maiden voyage,” (na altura programada para Fevereiro de 2016) ter-se limitado a incerteza.

Em Novembro de 2015, através de investimento privado de homens de negócios belgas e franceses, juntamente com o grupo privado turístico sul-africano HBD, a população da ilha de Príncipe conhecia um novo navio denominado Amfitriti, nome em distinção a deusa dos mares na mitologia grega e com a capacidade de 300 toneladas de carga.

O navio tem 50 metros de comprimentos, a capacidade para transporte de 240 passageiros, e foi adquirida na Grécia, sendo que esta preparado para garantir a ligação semanal entre as duas ilhas, assim como efetuar ligação a sub-região africana.(RTP África, 2015)

Investimentos privados vão ganhando forma no arquipélago, e certamente contribuirão para minimizar taxa de desemprego que se faz sentir no país. Atividades ligadas ao mar, e em particular a pesca, pode emergir como eventual solução, sendo que para isso haja também a necessidade de atração de investimentos, sobretudo privado, para o sector da pesca.

A pesca desencadeia, nas suas diferentes formas de organização de trabalho, um conjunto de atividades que a complementam. Se, nuns casos, se desenham perfis profissionais

exógenos á pesca (médico, padre, cozinheiro, etc.) mas que ocasionalmente se vinculam á atividade indispensáveis aos desempenhos dos pescadores. Assim, um significativo número das ocupações descritas estão institucionalmente consignadas na constituição das equipas de pesca e, por conseguinte, auferem das respetivas remunerações como se participassem “ de corpo” no trabalho da pesca.(MADUREIRA & AMORIM, 2001. Pag 145)

A maior parte da população piscatória são-tomense, no passado como hoje, exerce a sua atividade, predominantemente, próximo de um referencial na terra, por razões de segurança, mas também pela fragilidade das suas embarcações. Todavia, existe um potencial de pesca considerável no mar de São Tomé e Príncipe que não pode ser ignorado.

“ Cultivar o mar é uma coisa – é ofício de pescadores; explorar o mar é outra coisa – é ofício de industriais ”

(citado por Raul Brandão,Lisboa,1966)

A educação/formação são hoje elementos integrantes do processo de desenvolvimento. E para pequenos Estados insulares em desenvolvimento, onde a instalação de atividades de caracter industrial são difíceis em resultado dos elevados custos de transporte e da pequenez de mercado, serão atividades ligadas a economia do conhecimento e informação que poderão impulsionar esses pequenos Estados para patamares superiores de desenvolvimento (CARDOSO,2004. Pág 1)

Eventual formação de sociedades privadas para sector da pesca, que sejam transparentes, de preferência autónomas, focadas essencialmente no desenvolvimento do sector, e que naturalmente gerem empregos, é o que é desejável para os são-tomenses.

7.3.1. PESCA SEMI-INDUSTRIAL EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Em 2012, no âmbito da cooperação existente entre São Tomé e Príncipe e a República da China, Taiwan, uma equipa de peritos taiwaneses através de uma solicitação do governo são-tomense avaliaram a viabilidade de projeto de pesca semi-industrial da ilha do Príncipe.

Nesta data, em aberto estava a possibilidade de num futuro talvez não muito longínquo, existir no país a concretização de um projeto que em muito poderia contribuir para o desenvolvimento do sector da pesca no país.

O potencial do arquipélago relativamente a recursos haliêuticos foi destacada pela diretora do departamento de cooperação Internacional da China Taiwan(Hui Hen-Hsu), que disse o seguinte: “ *Sabemos da riqueza de mar de São Tomé e Príncipe e a maior parte desse recurso esta no principe e queremos conhecer a situação actual e acreditamos que com esse recurso com os dados que já temos acho que já é possível desenvolver um bom projecto nessa área de pesca para que São Tomé possa tirar melhor proveito*” (TELANON, 12- 2012).

Ainda no âmbito da cooperação com a República da China Taiwan(uma cooperação que se inscreve numa abordagem geral), São Tomé e Príncipe beneficiaria também de cerca de dez embarcações para pesca que pudessem assegurar a captura do pescado na plataforma continental são-tomense

Em 2014, tinha sido apregoado que Japão iria financiar a construção de um porto de pesca em São Tomé e Príncipe e equipa-lo com vários navios de pesca, equipamento de descarga e de transformação de pescado⁹⁸.

Em 2016, o governo japonês, através do embaixador(Massaki Sato) designado para o arquipélago, disponibilizou 65.749 euros para fomentar a pesca semi-industrial e ajudar o projeto local na luta contra a pobreza na parte sul de São Tomé (Porto Alegre).

Este é naturalmente um gesto simbólico do Japão, comparativamente a aquilo que é desejável ser um projeto semi-industrial de pesca, capaz de atribuir algum impulso a economia do arquipélago.

Para um país de limitado recurso financeiro onde os fatores primordiais para desenvolvimento como, agricultura, saúde⁹⁹ e educação, ainda clamam por investimentos, as autoridades do arquipélago poderão ver no eventual investimento da base de cooperação, um alívio para o sector das pescas, que por sua vez, certamente teria condições para criação de postos de trabalho.

98 - A notícia foi divulgada pelo porta – voz ministro de Educação, Cultura e Formação (Jorge Bom Jesus), que na altura considerou o investimento japonês “ um grande projecto no sector das pescas” e que teria o seu início nos primeiros meses de 2015.

Acedido em : <http://www.macaub.com.mo/pt/2014/03/03/japao-financia-construcao-de-porto-de-pesca-em-sao-tome-e-principe/>

99 - Fruto da mesa redonda de doadores internacionais realizada em Londres em 2015(<http://www.stepinconference.com/>) , o governo chefiado pelo primeiro ministro Patrice Trovoada anunciou que o fundo Kuwaitiano disponibilizou um total de 17 milhões de dólares para o país, que por sua vez será investido no hospital de São Tomé e Príncipe para torna-la num hospital de referência .

A reflexão sobre trabalho e pescas veicula uma longa história da atividade humana que naturalmente não se esgota na organização de tarefas com sentido económico. Um sector com as características peculiares como o da pesca, comporta uma metodologia de abordagem que deverá ter em conta os particulares sistemas de organização de produção e as características tecnológicas. (MADUREIRA & AMORIM, 2001.pag: 7)

O Diretor das pescas, João Pessoa (em 2012), abordando a questão da pesca semi-industrial no arquipélago, comentou na altura o seguinte: “(...) projecto de desenvolvimento de pesca semi-industrial no princípio é um projecto que tem uma infraestrutura de conservação, tratamento e congelação do pescado tem unidade de produção para desenvolver essa pesca semi-industrial, como sabe como sabe o Príncipe tem uma plataforma continental três vezes superior a São Tomé, o recurso aleutico é superior a de São Tomé¹⁰⁰”

Documento datado do ano 2001, faz referência de que as pescas têm uma incidência específica sobre a pobreza uma vez que a presença de 2300 pescadores artesanais de 40 comunidades faz com que a panha de peixe e a sua secagem e a salga constituam um suporte importante para um número apreciável de famílias.(SANGRAMAN, 2001: pág: 22)

Assim, em São Tomé e Príncipe, como em quaisquer outros arquipélagos espalhados pelo mundo, a diminuta extensão territorial conjugada com o aumento da população, obriga as autoridades desses países a terem um olhar cada vez mais crítico sobre o mar.

Atualmente uma política de desenvolvimento económico para São Tomé e Príncipe, que tenha uma visão integrada e estratégica das atividades e indústrias ligadas ao mar e aos recursos marinhos, parece ser um caminho impreterível.

A questão de pesca semi-industrial ou até mesmo industrial não nasce da cooperação mais recente entre São Tomé e Príncipe e a República da China –Taiwan. Pode parecer ser um fator novo a cada vez que é anunciado um projeto desse por um governo para a população do arquipélago.

O projeto de pesca semi-industrial remonta ao ano de 1979, 4 anos após a independência de São Tomé e Príncipe, quando foram efetuadas aquisições de dois arrastões

100 - Consultado em: <http://www.telanon.info/economia/2012/12/11/11993/peritos-taiwaneses-avaliam-projecto-da-pesca-semi-industrial-em-sao-tome-e-principe/>

congelador de 45 e 55 m, sendo criada também uma empresa de Estado denominado Empesca.

Aparentemente, o propósito destinado para as duas embarcações não teve o sucesso desejado por razões diversas, como avarias, ou essencialmente por não atingirem economicamente os resultados que se esperava. Igualmente, outros projetos de pesca semi-industrial envolvendo donativos japoneses que compreendia 32 embarcações conheceram o mesmo destino.¹⁰¹

A pesca artesanal é feita em canoas, construídas por métodos tradicionais, enquanto isso, a captura semi-industrial envolve barcos de maior porte, em fibra de vidros, movidos a motor.

Em 2010, deu-se o início em São Tomé e Príncipe, a construção de barcos em fibra sintética, possibilitando a substituição das canoas de madeiras nas comunidades piscatórias, o que admitir-se á ter trazido a solução para o dilema, a sustentação/sobrevivência da família versus a defesa do ambiente.

Existe porém a necessidade de salientar as dificuldades da compra dos barcos em fibra sintética por parte dos pescadores, pelo que parece que as tradicionais canoas continuaram fazendo parte de cenário destes por longo tempo.

Para o arquipélago, cujo relação com o mar é bem evidente no tecido social das comunidades dependentes da pesca, a constante atenção das autoridades do arquipélago deve ser de apetrecha-las, sob risco de deixando-as a sua sorte, aumentar ainda mais a taxa da pobreza no país.

Continuará existindo uma forte propensão para o consumo de peixe em São Tomé e Príncipe. Considerando os contornos da situação que se tem vivido no arquipélago, e o objectivo futurístico da eliminação da pobreza extrema, uma nova política para o sector da pesca,(que já parece querer ganhar algum impulso), deve necessariamente basear-se em sistemas inteligentes de planeamento político(em termos de informação elaborada, usando resultados de investigações científicas realizadas), e focando nos modelos de gestão dos recursos e desenvolvimento de consumo.

¹⁰¹ - Vd. HOREMANS, Benoit et al - PROGRMAMMA DU DIPA. Revista Sectorial da pesca artesanal a São Tomé e Príncipe. Consultado em 18 de Março de 2016. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/015/an097pt/an097pt.pdf>

7.3.2. SOBREPESCA A E MARGINALIZAÇÃO DE PESCADORES ARTESANAIS

Em 1995, a FAO – Organização das Nações Unidas para a agricultura e Alimentação lançou em Roma o Código de Conduta para a pesca Responsável¹⁰², documento que pretende lançar uma nova estratégia para pesca no mundo, ameaçada em muitos lugares pela sobrepesca e pela marginalização dos milhões de pescadores artesanais. (DIEGUES, António, 1995. Pág:1)

“ A past study, published in Nature in 2003, found that numbers of pelagic fish, including tuna had shrunk by 90% in the last century. The ones with the highest economic value are the most overexploited ”(MAGAZINE, Researc*eu,2002. Pg.20)

Os níveis de pescas atuais ao largo da costa da África Ocidental são insustentáveis e a destruição das áreas de pesca cria um problema de segurança. Ultimamente, os pescadores vêm-se reclamando com mais frequência pelo facto de se verificar a diminuição do pescado nas águas do arquipélago. Pode-se admitir como principal razão, o facto de navios de outras paragens do mundo intervir na prática ilícita de pesca no mar de São Tomé e Príncipe, uma vez que a pesca não conhece fronteiras, isto é, espécies grandes ou pequenas, todas são capturadas.

Também se deve juntar ao pacote das razões da diminuição do pescado no arquipélago, eventualmente, fatores como a temperatura das águas, salinidade(menor quando influenciadas graças a agitação e às águas dos rios que desaguam no mar), correntes marítimas, poluição dos mares e oceanos que afeta tanto na qualidade como na quantidade das espécies e também põem em causa o equilíbrio dos ecossistemas marinhos, tipos e áreas de pesca(pesca costeira, pesca ao largo, ou pesca em águas internacionais), e profundidade das águas, para vantagens de pescas de tecnologias avançadas, e para o qual, pescadores artesanais não dispõem.

Porém, um estudo sobre pescas e pescadores(realizado em Portugal)descreve que os fatores ecológicos, dominados por poluição marinha, atmosférica ou terrestre, se influenciam a evolução de algumas espécies, não se contam entre os elementos determinantes no seu desaparecimento ou escassez. Ou ainda, a maior sofisticação

102 - O Código de Conduta da FAO para uma pesca responsável (CCPR), foi adotado por mais de 170 Governos Membros da FAO, com objetivo de estabelecer princípios e padrões aplicáveis à Conservação, Gestão e Desenvolvimento de todas as pescarias. O (CCPR) é um instrumento internacional, voluntário, que se aplica a todos os países e organizações que lidam com a pesca. Este ano o Código faz 21 anos de existência e aplicação .

Nos 20 anos que passaram, o CCPR tornou-se a referência “de facto” para uma gestão adequada das pescarias mundiais. O CCPR cobre todos os aspetos das pescas que devem ser considerados pelos Estados e pelos participantes nas pescarias para se assegurarem de que estas são realizadas de uma forma responsável .

tecnológica na atividade de captura não explica a diminuição desses recursos. Existem, portanto, outras razões. Trata-se de razões associadas a modelos de organização social.(ANTÓNIO MONIZ,1998)

Seja como for, maior causa a apontar parece ser a pratica ilícita de navios de outras paragens na região. Situações dessas acontecem em alguns países costeiros ou arquipelágicos pelo facto de muito pouco ter sido feito para preservar os recursos haliêuticos, e em suma a segurança.

Pelo que se vem escrevendo, “ Se por um lado, nalgumas regiões do sistema internacional, se assistiu uma dinâmica da expansão da jurisdição do Estado sobre o mar, em termos de soberania plena ou simples jurisdição, noutras regiões a fraca capacidade de projecção pelos Estados costeiros no exercício de poderes no seus espaços marítimos conduziu á proliferação de atores que colocam ameaças á sua segurança a partir de atividades de caracter não regulamentado (quer por parte de atores não estatais, com ligações a redes de criminalidade transnacional organizada.”(DIAS & BRANCO,2011, pág:12)

Não é por acaso que São Tomé e Príncipe tenha sido constantemente desafiada pelas embarcações que praticam a pesca ilícita e outros delitos como eventualmente a poluição¹⁰³ no mar do arquipélago.

Em 2007, São Tomé e Príncipe aprovou , a Lei nº13/2007,Lei de Base de Segurança Marítima e de Prevenção contra a poluição do Mar. Como Estado de bandeira, Estado costeiro e Estado do porto, São Tomé e Príncipe não pode ficar isolado da comunidade marítima internacional, devendo ratificar e implementar as principais convenções marítimas internacionais no âmbito das agências das Nações Unidas, e da Organização Marítima Internacional.

103 - O transporte marítimo, onde se incluem operações com navios, acidentes com petroleiros e despejos de lastro, é responsável por uma quantidade considerável, avaliadas em toneladas de crude por ano derramado no mar. A partir do material derramado, são libertados chumbo e outros metais pesados para a atmosfera, contaminando-a. Todas estas alterações, nas propriedades da água, vão conduzir ao desaparecimento de inúmeras espécies, adquirindo a água uma falsa aparência limpa, ficando cristalina, pela morte do fitoplâncton e fauna marinha, obtendo uma aparência mais turva. As consequências, para os seres vivos, resultantes do contacto com os hidrocarbonetos, são inúmeras. Assim, aos peixes, ao contactarem diretamente com o produto, sofrem dificuldades respiratórias e de locomoção, pois ficam presos na camada de petróleo e acabam por morrer. No entanto, muitas espécies têm, nomeadamente as de grande profundidade, quimio-receptores que detetam o petróleo na água, o que as leva a migrar para águas que não tenham sido atingidas. A sua ingestão provoca-lhes lesões hepáticas e a exposição dos ovos ao petróleo aumento da taxa de malformações, torna o seu crescimento mais lento e diminuição a performance natatória.

Assim, o país tem no artigo 1º da Lei Base de Segurança Marítima e de Preservação contra a poluição, que o “ Estado deve garantir a segurança da navegação, das embarcações, do tráfego marítimo e portuário e de todas as atividades económicas e de lazer ligadas ao mar, bem como a salvaguarda da vida humana no mar, as condições de bem-estar e de trabalho a bordo das embarcações e a prevenção da poluição das águas marítimas sob jurisdição nacional”.(NACIONAL, E. et Al.,2007. pág:683)

Explícito no artigo, o mesmo não se podia falar da sua execução prática, uma vez que garantir a segurança da navegação sem dispor de meios, tem sido um grande desafio, colmatado com apoio de terceiros, e recentemente manifestada no esforço do governo que face a economia do mar, efetuou a aquisição de 3 lanchas para fiscalização marítima.

A região do Golfo da Guiné, com toda a prosperidade que os recursos petrolíferos proporcionaram e continuam proporcionando, tem na região do Delta do Níger, um exemplo da calamidade ambiental fruto da indústria de petróleo. Estima-se que cerca de 10 milhões de barris de petróleo teriam escorrido nos últimos 50 anos nesta região, sendo que, segundo especialistas em questões ambientais, para que a região possa recuperar pelo menos parcialmente, seria necessário 25 a 30 anos.

Há muito tempo que vem sido anunciado que São Tomé e Príncipe está em vias de explorar o petróleo. A indústria de petróleo ou qualquer outra,(umas mais poluidoras do que outras), exige sérias atenções para questões ambientais, sobretudo quando as questões de poluição dentro da fronteira de um Estado, tende eventualmente a afetar outros Estados.

8. RATIFICAÇÃO DAS CONVENÇÕES INTERNACIONAIS

O Direito Internacional do Meio Ambiente trata de fenómenos cujos efeitos se produzem para além das fronteiras do Estado gerador, atingindo pessoas, bens e direitos situados em territórios adjacentes ou descontínuos. Os efeitos transfronteiriços da poluição são a prova da internacionalidade do direito ambiental. (PINTO.,2010,pág: 268)

A questão do elemento ambiental encontra-se numa série de compromissos internacionais atinentes á área de meio ambiente, e o país ratificou três convenções do Rio(Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas), a Convenção das Nações Unidas sobre a Biodiversidade(1992) e a Convenção de Combate a Desertificação nos países gravemente afetados pela seca), a Convenção de Estocolmo sobre Poluentes

Orgânicos Persistentes(POPs), de 1972, o Protocolo de Quioto, a Carta Mundial sobre a Natureza de 1982; a Convenção de Viena de 1985 para a Proteção da Camada de Ozono; a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento; o Protocolo de Montreal e suas Emendas, a Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e Flora Ameaçadas de Extinção.(ESTADOS, P. & EM, I.,2014, pág: 10)

Efeitos de alterações climáticas fazem-se sentir com maior frequência em São Tomé e Príncipe. Em 2015, ondas gigantes arrasaram as zonas costeiras das comunidades tradicionalmente piscatória, Praia Gamboa e Praia Melão, posteriormente a Vila Ribeira Afonso, que graças a intervenção antecipada do Estado face as mudanças climáticas pôde evitar mal maior, através de fortificação de pedras brutas erguidas, bem como diques que também foram construídas nas margens dos rios. Extração de inertes para construção também têm contribuído para devastação das praias acelerando ainda mais o impacto nas zonas costeiras(Telanon,2015)

A ratificação das convenções constitui um progresso notável na implementação da agenda do desenvolvimento sustentável. A comunidade internacional tem apoiado São Tomé e Príncipe na implementação de programas nos domínios das mudanças climáticas e de controlo da biodiversidade. O arquipélago e outros espalhados pelo mundo privilegiam de medidas específicas para superar as dificuldades naturais e geográficas e outros obstáculos que impeçam o seu desenvolvimento.

CONCLUSÃO

São Tomé e Príncipe, apesar de estrategicamente localizado no Golfo da Guiné, não pode deixar contrabalançada o risco de ficar a margem das grandes decisões quer regional ou mesmo de impacto global relativamente a segurança marítima. A recente eleição presidencial no arquipélago, pareceu ter deixado transparecer pela primeira vez um clima pouco agradável do ponto de vista daquilo que se pretende no contexto de jogo democrático. Torna-se por isso indispensável, o fortalecimento da democracia que espelhe cada vez mais tolerância e contribua para progresso coletivamente desejável, o que permitirá que o país possa continuar a trilhar um caminho que sirva de exemplo aos demais países no continente africano, e em particular aos da região do Golfo da Guiné.

Aos dirigentes do arquipélago importa frisar a relevância em demonstrar a capacidade para assumir compromissos e permitir transmitir confiança aos demais parceiros que têm em comum o objetivo de maior e melhor cooperação para a segurança na região.

Além disso, São Tomé e Príncipe, na região em que se encontra, deve ter nos seus representantes(ou aspirante ao efeito), aqueles cujo o pensamento não se feixe aos desafios crescente da região e consequentemente do continente.

Golfo da Guiné é uma região rica em recursos diversos. No entanto, enquanto os recursos petrolíferos continuarem a ser a principal fonte de energia, será do interesse de todos os países que dela beneficiam ou partilham outros interesses para com a região, garantir a segurança, uma vez que fenómenos como a pirataria tende a ser recorrente e são cada vez mais sofisticados.

BIBLIOGRAFIA

LIVROS, DISSERTAÇÕES, TESES, REVISTAS E ARTIGOS

- AMIRFEIZ, M. & Es, S., « Scientists raise red flag on fish sustainability » In research*eu. Luxembourg. Nº 12, 2012, pág: 20.
- ARANHA, G., 2014. Cooperação Técnico-Militar, Uma Das Vertentes Externas Da Política De Defesa Nacional. *Revista Nação e Defesa*, (Cdn 93), pp.14–69. Acedido:http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/1688/1/NeD72_GoncalvesAraanha.pdf.
- BERNARDINO, B. M. Luís. – A POSIÇÃO DE ANGOLA NA ARQUITETURA DE PAZ E SEGURANÇA AFRICANA, 1ª Edição, Coimbra: Edições Almedina, S.A. 2013.
- CAJARABILLE, L. Victor – A SEGURANÇA NOS PORTOS. Mare Liberum – Editora, para a FEDRAVE, 2014.
- ESCOLA NAVAL. – JORNADAS DO MAR 2008- “ O Oceano Riqueza da Humanidade. ” Escola Naval. Lisboa. Página Ímpar. 2008
- EUG, D. et al., A Comissão do Golfo da Guiné e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul . Organizações interzonais para a persecução da segurança marítima na Bacia Meridional Atlântica
- FERNANDES. J. António – AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E PORTUGAL. Lisboa, Prefácio-Edição, 2008.
- GINGA, F.C. Damião – ANGOLA E A COMPLEMENTARIDADE DO MAR: O MAR ENQUANTO FATOR ESTRATÉGICO DE SEGURANÇA, DEFESA E DE AFIRMAÇÃO. Tese (Doutorado em Relações Internacionais). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2014.
- GONSALVES, C. Fernando. – O MERCADO DE TRANSPORTE MARÍTIMO DE CARGA CONTENTORIZADA, 1ª Edição, Chiado Editora, Camila Figueredo, 2015.
- GOTTLIEB, Y., 2015. Combating Maritime Piracy : Inter-Disciplinary Cooperation and Information Sharing Case Western Reserve Journal of International Law Combating Maritime Piracy : Inter-Disciplinary Cooperation. , 46(1).
- GUEDES, P.P. Henrique – THE WORLD OF MARITIME PIRACY: the last two decades. NN-Editora Náutica Nacional, Lda, Lisboa, 2014.

HOREMANS, B., J. Galléne e J.-C. Njock, - Revista sectorial da pesca artesanal a São Tomé e 1994 Príncipe. Programa de Desenvolvimento Integrado das Pescas Artesanais na Africa Ocidental (DIPA), 32 p. + anexos, DIPA/WP155

KENNETH NEAL WALTZ, 1979. Theory of international politics. , p.251.

LIMA, G.M. Augusto – « Fauna Marítima de S. Tomé e Príncipe » In S. TOMÉ E PRÍNCIPE: PEQUENA MONOGRAFIA, Lisboa, Agência - Geral de Ultramar.1964. pág.14 -15.

MADUREIRA, L. Nuno & AMORIM, Inês. - História do Trabalho e das Ocupações. 1ª Edição, Oeiras Portugal: Celta Editora,2001.

MONIZ, B. António et al - Pesca e Pescadores: Futuros para o Emprego e os Recursos. Portugal: Celta Editora,2000.

MOREIRA, W.D.S., 2011. Revista da Escola de Guerra Naval. *Revista da Escola de*

NASCIMENTO, Augusto., 2011. São Tomé e Príncipe e os Desafios da Segurança Marítima no Golfo da Guiné. *Nação & Defesa*, 5 (128), 93-121

NÁUTICA PRESS. - JORNADAS DO MAR 2004 – “O Mar – Um Oceano de Oportunidades.” Escola Naval. Lisboa. Página Ímpar. 2004.

NDULU, B. et al., 2007. Challenges of African Growth. , pp.1–205.

PINTO, C. Maria. A produção de Direito Internacional na ONU. In O PAPEL DA ONU NA CRIAÇÃO DE UMA NOVA ORDEM MUNDIAL: Lisboa, Prefácio-Edição,2010. pág. 255 - 256

PROEN, C.S., 2001. O consenso internacional na luta contra a pobreza e a cooperação para o desenvolvimento em São Tomé e Príncipe O consenso internacional na luta contra a pobreza e a cooperação para o desenvolvimento em São Tomé e Príncipe.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE: DIÁRIO DA REPÚBLICA. SÃO TOMÉ, Nº 44, 2007. Pág: 683-689

BALDACCHINO, G., 1993. Bursting the Bubble: The Pseudo-Development Strategies of Microstates. *Development and Change*, 24(1), pp.29–52. Acedido em 12 de Março em <http://doi.wiley.com/10.1111/j.1467-7660.1993.tb00476.x>.

- BERNARDINO, L. & LEAL J.S., 2011. A Arquitetura de Segurança e Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (1996-2011). Acedido em 3 de Maio em: <http://comum.rcaap.pt/handle/123456789/2008>.
- CAMPOS, F., 2008. O Lugar E o Papel Da Cooperação Internacional No Desenvolvimento De São Tomé E Príncipe. *Revista Lusófona de Humanidades e Tecnologias*, (12). Acedido em 12 de Junho em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rhumanidades/article/view/990>.
- David Goldwyn J Stephen Morrison, C.L., 2005. A Strategic U.S. Approach to Governance and Security in the Gulf of Guinea A Report of the CSIS Task Force on Gulf of Guinea Security, (July). Acedido em 8 de Abril em <http://scholarlycommons.law.northwestern.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1037&context=facultyworkingpapers>
- FRYNAS, J.G. & Paulo, M., 2007. A New Scramble for African oil? Historical, political, and business perspectives. *African Affairs*, 106(423), pp.229–251. Acedido em 6 de Agosto em: http://www.cmeyanchama.com/Documents/Guinee/2006_Frynas.pdf
- GABEL, G.D.J., 2007. Smoother Seas Ahead: The Draft Guidelines as an International Solution to Piracy. *Tulane Law Review*, 81, pp.1433–1466.
- GILPIN, R., 2007. Enhancing Maritime Security in the Gulf of Guinea. , (January), pp.1–13. Acedido em 17 de Fevereiro em: <http://africacenter.org/wp-content/uploads/2007/07/Enhancing-Maritime-Security-in-the-Gulf-of-Guinea.pdf>.
- HANSON, S., 2010. Combating Maritime Piracy. *Council on Foreign Relations Background*, 35, pp.185–199. Acedido em 28 de Maio em: <http://www.cfr.org/publication/18376/>.
- LINDSKOV, Jacobsen, K. & Riber Nordby, J. - , 2013. *Maritime Security in the Gulf of Guinea* Acedido em 8 de Março em https://www.chathamhouse.org/sites/files/chathamhouse/public/Research/Africa/0312confreport_maritimesecurity.pdf
- ONU, 2020. Convenção das Nações Unidas Sobre o Direito dos Mares. , (3). Acedido em 4 de Abril em <http://www.ingentaselect.com/rpsv/cgi-bin/cgi?ini=xref&body=linker&reqdoi=10.1163/15718089720491594>

- ONUOHA, F.C., 2013. Piracy and Maritime Security in the Gulf of Guinea: Trends, Concerns, and Propositions. *The Journal of the Middle East and Africa*, 4(3), pp.267–293 . Acedido em 26 de Abril em <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/21520844.2013.862767>.
- PNUD, 2014. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2014 - Sustentar o progresso humano: reduzir as vulnerabilidades e reforçar a resiliência*, Acedido em 7 de Junho em: <http://origin-hdr.undp.org/en/media/HDR13 Summary PT WEB.pdf>.
- RAIDT, J. & Smith, K.E., 2010. Advancing U.S., African, and Global Interests: Security and Stability in the West African Maritime Domain. Acedido em 4 de Agosto em <http://www.atlanticcouncil.org/publications/reports/advancing-us-african-and-global-interests-security-and-stability-in-the-west-african-maritime-domain>
- STEPHEN, B., 2015. Sea Piracy and Security Challenges of Maritime Business Operation in Bayelsa State , Nigeria : An Empirical Study. , 5(2), pp.213–221. Acedido em: http://www.ijhssnet.com/journals/Vol_5_No_2_February_2015/23.pdf
- UNODC, 2012. Maritime Piracy in the Gulf of Guinea. Acedido em 2 de Setembro em https://www.unodc.org/documents/toc/Reports/TOCTAWestAfrica/West_Africa_TOC_PIRACY.pdf.
- VALLE, V., 2004. US Policy Towards the Gulf of Guinea. *Oil Policy in the Gulf of Guinea*, pp.51–58. Acedido em 11 de 07 em: <http://library.fes.de/pdf-files/iez/01974/valle.pdf>
- VICENTE, P.C., 2007. DEPARTMENT OF ECONOMICS DISCUSSION PAPER SERIES DOES OIL CORRUPT? EVIDENCE FROM A NATURAL EXPERIMENT IN Does Oil Corrupt ? Evidence from a Natural Experiment in West Africa *. , (317). Acedido em 19 de Setembro em: <http://pedrovicente.org/oil.pdf>